



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

EDITAL

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3.549, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.003551/2025-35, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa para a prestação de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen)**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 28/05/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa para a prestação de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida, pelo prazo de 60 (sessenta) meses**, de acordo com os termos, quantidades e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:



SENADO FEDERAL

- 2.4.1.** SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 2.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- 2.4.4.** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.
- 2.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.
- 2.6.** As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7.** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

- 3.1.** É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto ao Serviço de Produção (SEPRTI) da Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (COINTI), realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 1 (um) dia útil**, contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.
- 3.1.1.** A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo endereço eletrônico seprti@senado.leg.br, ou pelo telefone (61) 3303-3666, meios estes que também poderão ser utilizados para contato com a área responsável pelo acompanhamento da vistoria.
- 3.1.2.** Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.
- 3.1.3.** A vistoria será acompanhada por um técnico do SEPRTI e poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.
- 3.1.3.1.** A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).



SENADO FEDERAL

3.1.3.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, impresso ou por e-mail, a critério da licitante, emitido pelo Serviço de Produção (SEPRTI).

3.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo 6, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência Resumido (Anexo 1).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.4.1. Prazo de início da execução de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma físico de execução constante do Anexo 5.

4.4.2. Prazo de garantia de continuidade de suporte e atualização da solução, pelo fabricante ou desenvolvedor, durante toda a vigência contratual.

4.5. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.6.1. de condições de participação:



SENADO FEDERAL

4.6.1.1. sobre ciência do edital;

4.6.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.6.2. para fins de habilitação:

4.6.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

4.6.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;

4.6.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

4.6.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.6.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.6.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

4.6.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

4.6.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



SENADO FEDERAL

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

7.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 7.4 e diante do exposto no item 7.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

7.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

7.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

8.3.1.2. não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.



SENADO FEDERAL

8.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX– DO JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo 11** do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.4. Em relação aos materiais a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e



SENADO FEDERAL

detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.1.5. Será obrigatória a apresentação, junto com a proposta, de documento oficial do fabricante que comprove que a solução possui todos os requisitos previstos nos Anexos 3 e 4 do edital, com os softwares e hardwares componentes da solução.

11.1.5.1. Exemplos desses documentos são os manuais técnicos, fichas técnicas (*data sheets*), boletins oficiais, notas técnicas, documentos de arquitetura das soluções, certificados ou declarações formais, matrizes de compatibilidade, documentos de licenciamento, documentação disponibilizada em sítios oficiais, entre outros, todos com a possibilidade de rastreio da origem.

11.1.6. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.7. A proposta será desclassificada quando:

11.1.7.1. contiver vícios insanáveis;

11.1.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

11.1.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

11.1.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

11.1.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.1.8. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 11.1.7.4 acima.

11.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência Resumido (Anexo 1).

11.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XII– DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

12.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

12.3.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, serviços de infraestrutura de backup (IaaS) similares, em características e quantidades, ao objeto desta licitação.

a. Quanto às características, considera-se como similar a execução de serviços gerenciados de proteção de dados, de infraestrutura de backup (IaaS), de backup como serviço (BaaS), ou o fornecimento, instalação e manutenção de plataforma de backup, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no Anexo 3 deste edital.

b. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no subitem 12.3.1.1 (24 meses) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes

12.3.1.2. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 deste edital.

12.3.1.3. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

12.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.3.2.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:



SENADO FEDERAL

a. que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anualizado de sua proposta; ou alternativamente

b. que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

b.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

b.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.3.2.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

12.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

12.3.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.6.2 deste edital.

12.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

12.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:



SENADO FEDERAL

12.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo IV, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

12.6.1.1. em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas;

12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

12.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.6.5. A apresentação de documentos de que trata o subitem 12.6 será realizada em observância ao disposto no item 12.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

12.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

12.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 12.6 e 12.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

12.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.10.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.11. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.11.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.12. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.12.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:



SENADO FEDERAL

12.12.1.1. identidade dos sócios;

12.12.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

12.12.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

12.12.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

12.12.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

12.12.1.6. identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

12.12.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.12.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

12.12.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

12.12.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII– DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

13.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.



SENADO FEDERAL

14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 14.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 14.1.2.

14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

15.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.



SENADO FEDERAL

16.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.1. – Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 16.2.3.

16.2.2. – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

16.2.3. – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 16.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

16.2.4. – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 16.2.3.

16.2.5. – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 16.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XVII– DAS PENALIDADES

17.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

17.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.



SENADO FEDERAL

17.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

19.2. Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência Resumido; Anexo 2 – Informações acerca do objeto da contratação; Anexo 3 - Especificações Técnicas – item 1; Anexo 4 – Catálogo de Tecnologia; Anexo 5 – Cronograma Físico de Execução; Anexo 6 – Modelos de Termo de Vistoria e de Declaração de Dispensa de Vistoria; Anexo 7 – Ficha de Avaliação de Treinamento; Anexo 8 – Termo de Sigilo - Contratada; Anexo 9 – Termo de sigilo e uso - Prestador; Anexo 10 – Minuta do Contrato; e Anexo 11 – Modelo de Apresentação de Proposta.

19.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

19.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

19.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 12 de maio de 2026.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

| | |
|-----------------------------------|---|
| OBJETO | Contratação de empresa para a prestação de serviços de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen). |
| ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO | Conforme Anexos 2 a 5 do edital. |
| CATSER | Item 1 – 26050 Item 2 – 3840 Item 3 - 27510 |
| JUSTIFICATIVA | <p>Esta contratação tem por objetivo resolver questões críticas relacionadas à proteção e recuperação de dados do Senado Federal.</p> <p>Atualmente, o serviço de backup corporativo envolve processos, tecnologias e práticas voltadas para a cópia, proteção e recuperação de dados corporativos. No entanto, a infraestrutura existente enfrenta desafios significativos, como a obsolescência de equipamentos, a necessidade de expansão devido ao crescimento dos dados, e a complexidade de gestão de múltiplos contratos de suporte.</p> <p>A nova solução visa garantir a continuidade do negócio, minimizando o impacto de possíveis interrupções e assegurando a conformidade com normas de proteção de dados. Além disso, busca modernizar a infraestrutura de backup, melhorar a eficiência operacional, e proporcionar maior segurança e resiliência contra falhas e ataques cibernéticos.</p> |
| ADJUDICAÇÃO | Menor preço global. |
| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Programa de Trabalho: 167457 Natureza da Despesa: 339040 |



SENADO FEDERAL

| QUANTIDADES E PREÇO(S) ESTIMADO(S) | Item | Unidade | Quantidade | Descrição resumida | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|--|---------|------------|---|----------------------|-------------------|
| | 1 | Mês | 60 | Serviço de infraestrutura de backup (IaaS) com as descrições dos softwares e hardwares da solução conforme a seguinte classificação: solução de software de <i>backup</i> ; solução de armazenamento de <i>backup</i> ; e solução de conectividade de infraestrutura de <i>backup</i> . | 332.090,31 | 19.925.418,60 |
| | 2 | Turma | 1 | Serviços de treinamento nas soluções do serviço do item 1 para até 4 (quatro) pessoas | 61.000,00 | 61.000,00 |
| | 3 | Hora | 200 | Serviço de operação assistida | 716,67 | 143.334,00 |
| Valor total estimado para 60 meses: R\$ 20.129.752,60 (vinte milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos). | | | | | | |
| VIGÊNCIA DO CONTRATO | Conforme Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital). | | | | | |
| FORMA DE PAGAMENTO | Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital). | | | | | |
| LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS | Os serviços deverão ser prestados com atendimento prioritariamente local na sede do Prodasen, localizado à Via N2, Bloco 1, Senado Federal, e no CETEC Norte da Câmara dos Deputados, localizado na Via N3, Bloco B, Setor de Garagens Ministeriais, SAFN, ambos em Brasília-DF. | | | | | |
| FISCALIZAÇÃO | Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 10 do edital). | | | | | |

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 2

INFORMAÇÕES ACERCA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto desta contratação é a prestação de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2. A tabela a seguir resume os itens e grupos a serem contratados.

| Item | Descrição | Quantidade | Unidade |
|------|--|------------|---------|
| 1 | Serviço de infraestrutura de backup (IaaS) ¹ | 60 | Mês |
| 2 | Serviços de treinamento nas soluções do serviço do item 01 para até 4 (quatro) pessoas | 1 | Turma |
| 3 | Serviço de Operação Assistida | 200 | Hora |

Tabela 1 – Resumo de itens e grupo a serem contratados.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

O serviço de backup corporativo do Senado Federal, atualmente prestado pelo Serviço de Produção da COINTI – SEPRTI, é essencial para garantir a proteção e recuperação de dados institucionais contra falhas, desastres, ataques cibernéticos e perdas acidentais. Ele envolve

¹ Infraestrutura como Serviço (IaaS) é um modelo de computação que fornece recursos de TI sob demanda, como servidores, armazenamento e redes, por meio da internet ou em local próprio (*on-premises*). Ele permite que empresas utilizem e escalem infraestrutura sem a necessidade de investir em hardware físico próprio.



SENADO FEDERAL

processos e tecnologias que asseguram a integridade e disponibilidade das informações, seguindo diretrizes da Política e do Plano de Backup. A implantação do Plano de Backup está prevista no PDTI 2023-2024 como projeto de TI estruturante nº 17. A Política de Backup, por sua vez, está publicada em Ato da Primeira Secretaria – APS 8/2025.

Atualmente, o serviço abrange a gestão de versões, políticas de retenção, automação de tarefas e testes periódicos de restauração, garantindo a continuidade das operações e a conformidade com normas de proteção de dados.

Desde 2012, a infraestrutura de backup vem evoluindo para atender ao crescente volume de dados a ser protegido. Como equipamento principal, utilizava-se à época uma fitoteca Quantum Scalar i6000 com 1600 fitas LTO-4 e um *storage* NetApp como meio temporário de armazenamento até a gravação em fitas (*staging*). Em 2016, essa fitoteca foi ampliada para 2000 fitas e recebeu drives LTO-5, dobrando sua capacidade. Em 2017, a aquisição da fitoteca Qualstar RLS-87120, instalada no CETEC Norte da Câmara dos Deputados, permitiu alcançar redundância física de armazenamento para os backups críticos.

Em 2018, o Prodasen adquiriu dois *appliances* HPE StoreOnce 5500, equipamentos de backup em disco para armazenamento de cópias de curto prazo, aumentando o desempenho e garantindo redundância entre os dois sítios utilizados. Com essa aquisição, foi possível definir duas estratégias principais de backup: as cópias com retenções de curto prazo, providas pelos *appliances*, mais velozes que as fitotecas, e as cópias com retenções de longo prazo, servidas pelas fitotecas. Entretanto, com a aquisição pelo Prodasen de novos equipamentos alvos de backups como o HCI, equipamento especializado em virtualização, *storages* Huawei, equipamentos de armazenamento em massa de alta velocidade, e *appliances* de bancos de dados ExaCC, para modernizar a infraestrutura de bancos de dados, a ocupação dos *appliances* de backup atingiu o limite de capacidade ao final de 2023, exigindo medidas mitigatórias, como o armazenamento de backups de VMs nos novos *storages*. Atualmente, os *appliances* operam com 92,84% da capacidade² e estão em estado de obsolescência pelo fabricante desde janeiro de 2024. O contrato vigente de suporte técnico está restrito a trocas de peças e expira em janeiro de 2028, prazo planejado para a transição para a nova solução prevista neste edital e seus anexos.

Em 2022, foram adquiridas fitotecas IBM TS4300 para substituir as Quantum e Qualstar, modernizando a tecnologia utilizada e aumentando a capacidade de armazenamento de longo prazo. Essas fitotecas atendem ao Prodasen e à SECOM, sendo que 75% do uso está destinado a esta última. Diante da necessidade de expansão, um novo contrato de aquisição de peças para aumento da capacidade dos equipamentos foi celebrado pela Casa em 2024 com a aquisição de gavetas, drives e fitas, permitindo o crescimento sustentado do armazenamento pelos próximos 5 anos (CT 0211/2024). Nesse sentido, o armazenamento de longo prazo não estará contemplado pela solução especificada nesta contratação.

² Levantamento efetuado em 07/04/2025.



SENADO FEDERAL

Para conectividade dos equipamentos, a infraestrutura de backup é baseada em *switches* SAN Brocade 6510. A comunicação entre os equipamentos ocorre por meio de fibra óptica dedicada, em estrutura separada da rede tradicional. Os *switches* foram adquiridos em 2014 e, embora não tenham apresentado problemas, estão declarados obsoletos pelo fabricante desde 2023, apesar de ainda estarem cobertos por contrato de suporte até o final de 2025 (CT 0137/2020).

Os servidores de rede físicos utilizados para executar as instâncias de produção do software de backup também podem ser considerados obsoletos. As máquinas IBM X3550 M4, em operação desde 2014, e a máquina HPE DL360, adquirida em 2017, apesar de confiáveis e não terem apresentado problemas, são modelos antigos e mais suscetíveis a problemas como falhas de peças ou segurança. Assim como o contrato de suporte dos *appliances*, os contratos de suporte vigentes para esses equipamentos preveem apenas a substituição de peças e *firmware*, sem cobertura para atualizações de software (CT 0012/2022, vigente até 16/01/2027, e CT 0014/2020, cuja vigência se encerrou em 27/01/2025). Por fim, há contrato de fornecimento para a substituição desses equipamentos (CT 0259/2025), mas deverá ser utilizado em outros serviços.

Desde 1997, o *IBM Storage Protect* (TSM) é o software utilizado para gerenciar os backups da Casa. Inicialmente adquirido para proteger o ambiente *mainframe*, evoluiu ao longo dos anos para atender às novas tecnologias de grande porte do mercado. Atualmente, o software protege diversos tipos de dados da Casa, incluindo bancos de dados, sistemas de arquivos, máquinas virtuais, áreas de armazenamento e bases de correio, entre outros. Ademais, gerencia a retenção, agenda execuções conforme a janela de backup e replica cópias entre fitotecas nos dois sítios redundantes.

O licenciamento do software é perpétuo e baseado em unidades de processamento (PVU), com 3.820 licenças em uso. No entanto, há a necessidade de inclusão da ferramenta Kubernetes, tecnologia que habilita eficiência na hospedagem de aplicações, no escopo de backup, e que não está prevista no quantitativo atual.

Embora o TSM seja uma solução confiável e razoavelmente compatível com as tecnologias utilizadas pela Casa, sua administração e manutenção são complexas e demandam alto nível de especialização. O mercado possui poucos profissionais capacitados, e os que existem são altamente valorizados.

A complexidade da administração da ferramenta, incluindo tarefas básicas como configurações de políticas, gestão do calendário de backups, monitoramento do ambiente e geração de relatórios, tem causado sobrecarga na equipe, aumentando o risco de erros operacionais e dificultando a resolução de problemas. Assim, além da necessidade de expansão da cobertura de backup para a realização de novos tipos de cópias, a dificuldade na operação do software reforça a necessidade de avaliar alternativas que reduzam a carga operacional e aumentem a eficiência na prestação do serviço.



SENADO FEDERAL

Quanto ao desempenho da solução atual, a execução de backups dos *storages* da Casa enfrenta limitações significativas devido ao uso do protocolo NDMP³. Embora essa tecnologia aproveite a rede SAN para reduzir a carga na rede tradicional e garantir maior desempenho em cópias e restaurações, sua implementação, que é exclusiva e proprietária por cada fabricante impede a interoperabilidade com equipamentos de marcas distintas. Isso significa que, durante uma migração de *storage*, é necessário manter backups simultaneamente nos dois equipamentos ao longo de todo o período de retenção, dobrando a demanda por armazenamento e dificultando a gestão eficiente do espaço. Além disso, restaurações de dados granulares via NDMP são pouco eficazes, pois exigem tempo semelhante a uma restauração completa e requerem espaço disponível equivalente ao do backup full (completo). No caso do sistema SIGAD, que corresponde a um volume de 16 TB, uma restauração completa pode levar até 26 horas, impactando negativamente o tempo esperado para restauração – RTO⁴ (do inglês, *Recovery Time Objective*).

Outro desafio crítico está relacionado ao impacto da integração entre o *storage* Huawei e o antivírus McAfee no que diz respeito aos backups diferenciais. A varredura realizada pelo antivírus modifica metadados dos arquivos, levando o sistema de backup a identificar todos os arquivos como alterados e marcá-los para cópia, independentemente de haver modificações reais no conteúdo. Esse comportamento faz com que o tamanho dos backups diferenciais se aproxime do de backups completos, comprometendo a capacidade de armazenamento e o tempo necessário para a conclusão das cópias. Em testes de restauração, identificou-se que algumas áreas de dados não puderam ser recuperadas corretamente, gerando riscos para a proteção dos dados.

Para mitigar esse problema, a solução adotada foi ajustar a janela de backup para que a cópia ocorra apenas após a varredura do antivírus, garantindo que os metadados já estejam estabilizados e evitando a marcação indevida de arquivos para cópia diferencial. Essa mudança permitiu um uso mais eficiente dos recursos e aumentou a confiabilidade do processo de restauração. No entanto, tal solução é sensível e exige monitoramento contínuo, pois qualquer alteração na varredura do antivírus pode demandar novos ajustes operacionais.

Para além do desafio e dos custos operacionais de gestão e manutenção de múltiplos contratos e múltiplos fornecedores, tal complexidade traz consigo um risco embutido à continuidade do serviço já que, a falta de cobertura para um dos aspectos da solução pode prejudicar a operação dela como um todo, I. e., a falta de suporte para os equipamentos servidores; a falta de suporte ou capacidade para as fitotecas ou *appliances* de backup; a falta de suporte no licenciamento da solução de backup; ou a falta de suporte para a rede SAN de comunicação; qualquer das anteriores tem o potencial de, individualmente, prejudicar a disponibilidade do serviço de backup.

³ NDMP (Network Data Management Protocol) é um protocolo de rede padronizado que permite a realização de backups e restaurações de dados diretamente entre dispositivos de armazenamento e servidores de backup, sem passar pelos clientes de arquivos. Ele foi desenvolvido para otimizar o tráfego de dados e reduzir a carga nos servidores durante operações de backup em ambientes com grandes volumes de dados.

⁴ Recovery Time Objective (RTO) é o tempo máximo tolerável para a restauração de um sistema, serviço ou dado após uma falha ou interrupção, sem causar impactos inaceitáveis ao negócio.



SENADO FEDERAL

Essa carga operacional elevada impacta diretamente as iniciativas de modernização da solução. Nesse contexto, torna-se mais eficiente unificar as demandas em uma única contratação, substituindo os componentes que requerem atualização e atendendo, de forma integrada, aos novos requisitos de backup da Casa.

Em face do histórico apresentado do ambiente, depreende-se que a maior parte da infraestrutura de backup precisa ser substituída para permitir a plena execução dos serviços de backup corporativo prestados pelo Prodasen, em atenção às crescentes necessidades de armazenamento e proteção de dados da Casa.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

Para que a demanda dos serviços seja corretamente estimada, foi fundamental dimensionar o ambiente atual, explicando sobre o volume de dados armazenado e as taxas de desempenho de execução e restauração de backups. Ademais, projetou-se o crescimento esperado para os próximos anos, considerando a necessidade de expansão de armazenamento dos dados, possíveis mudanças na infraestrutura e nos requisitos de retenção e restauração segundo o Plano de Backup. Essa análise prospectiva permitiu o correto dimensionamento da solução, atendendo não apenas às necessidades atuais, mas também às futuras, visando escalabilidade e continuidade operacional dos serviços de TI prestados pelo Prodasen.

Ademais, conceitua-se a seguir os termos e tecnologias utilizados ao longo deste edital e seus anexos:

- Bases locais de Exchange: são as bases de dados do serviço de correio eletrônico do Senado Federal que são armazenadas nos data centers do Prodasen. Esses servidores utilizam replicação contínua e tecnologias de cluster de tolerância a falhas para garantir alta disponibilidade e resiliência do serviço.
- Máquinas virtuais (VMs): são emulações baseadas em software de computadores físicos, que permitem a execução de múltiplos sistemas operacionais em um único hardware. Elas oferecem flexibilidade logística e computacional, sendo gerenciadas por softwares centrais – hipervisores – que controlam a virtualização dos recursos de hardware.
- Áreas de NAS (Network Attached Storage): são dispositivos de armazenamento conectados à rede que permitem o compartilhamento de arquivos entre múltiplos usuários e dispositivos. Essas áreas utilizam protocolos como NFS, SMB/CIFS ou AFP para facilitar a colaboração e a centralização da informação.
- Worker Nodes de Kubernetes: são unidades de computação que executam os contêineres (ambientes contidos de hospedagem de aplicações, sistemas e serviços) em um *cluster* Kubernetes. Cada nó é gerenciado pelo plano de controle e contém os serviços necessários para executar os Pods, que encapsulam as aplicações.



SENADO FEDERAL

Para referência, a seguir está o quantitativo dos dados alvo de proteção por backups⁵:

| Tipo | Quantitativo | Front end |
|----------------------------|-----------------|-----------------------|
| Clients/Oracle | 78 ⁶ | 30,33 TB ⁷ |
| Bases locais de Exchange | 4 | 1,50 TB |
| Máquinas virtuais - VMs | 391 | 106,91 TB |
| Áreas de NAS - NDMP | 169 | 102,68 TB |
| Worker Nodes de Kubernetes | 194 | 97 TB |
| TOTAL | - | 338,42 TB |

Tabela 2 – Quantitativo e *front end* de backups.

Para que o serviço de IaaS possa atender às demandas de proteção de dados crescentes da Casa, procedeu-se ao levantamento da taxa de crescimento anual do *front end* de backup. Após coleta e análise de dados históricos de crescimento do ambiente de infraestrutura de TI nos últimos 12 (doze) meses, verificou-se que a taxa média global de crescimento é da ordem de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano, número que deverá ser entregue pela solução por meio do serviço de IaaS.

Para fins de planejamento, a seguir está a previsão de crescimento do *front end* ao longo de 5 (cinco) anos.

| Período | Tamanho |
|---------|----------|
| 1º ano | 338,4 TB |
| 2º ano | 363,8 TB |
| 3º ano | 391,1 TB |
| 4º ano | 420,4 TB |
| 5º ano | 451,9 TB |

Tabela 3 – Previsão de crescimento do *front end*.

⁵ Dados coletados em 27/03/2025 na ferramenta TSM.

⁶ O quantitativo de Clients inclui os bancos de dados Oracle.

⁷ Os dados de *front end* Oracle estão incluídos no tipo de backup Clients.



SENADO FEDERAL

1.2.2.1. Dos requisitos de capacidade de armazenamento de backups

Em face da situação atual apresentada, além da necessidade de atualização, expansão e modernização do ambiente, entende-se que o serviço de IaaS a ser contratado também deverá ser capaz de proteger o *front end* e *back end* atuais, visando garantir a continuidade da proteção dos dados, evitando a perda de informações críticas em caso de falhas, desastres ou ataques cibernéticos, assegurando que a recuperação dos dados continue a ser realizada de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

Os backups que passarem a ser protegidos pelo serviço serão suspensos na solução atual, e os dados já protegidos por essa obedecerão às regras de retenção até a expiração programada, prevista para acontecer em 1 (um) ano, prazo de retenção dos backups de curto prazo. Tal passo é fundamental para permitir o planejamento da desativação da solução e fazer o uso eficiente do espaço de armazenamento dos backups da Casa, evitando a duplicidade de armazenamento.

Conforme cronograma físico de execução constante do Anexo 5 do edital e demais requisitos deste edital e seus anexos, o serviço deverá permitir, no ato da entrega da solução, o armazenamento de todos os tipos de backups sendo efetuados conforme levantamentos do *front end* e *back end* apresentados, permitindo, por exemplo, a proteção de todos os servidores físicos e virtuais, arquivos e pastas de sistemas de arquivos, bancos de dados, bases de correio e áreas de NAS já existentes, além das novas cargas relacionadas ao ambiente Kubernetes. A seguir estão os dados de *back end* atualmente protegidos⁸:

| Tipo | Back end |
|----------|-------------|
| Clients | 274,21 TB |
| Oracle | 122,17 TB |
| Exchange | 12,54 TB |
| VMs | 206,02 TB |
| NDMP | 1.204,37 TB |
| Total | 1,819 PB |

Tabela 4 – *Back end* atual.

Explica-se que os atuais *appliances* de backup operam com uma taxa de deduplicação global de **8,5:1**, com ocupação líquida de 183 TB. Ademais, não estão incluídos nesse valor os backups de VMs, por não haver espaço suficiente de armazenamento nos *appliances*.

⁸ Dados coletados em 27/03/2025 na ferramenta TSM.



SENADO FEDERAL

Conforme cronograma físico de execução constante do Anexo 5 do edital, a solução atual deverá ser mantida até: **1.** a plena operação do serviço de IaaS (FASE 2), que deverá permitir efetuar e restaurar com sucesso todos os tipos de backup definidos, e **2.** a migração da totalidade dos dados de longo prazo armazenados atualmente para o serviço de IaaS. Cabe ressaltar que as atividades de migração dos dados do passo 2 serão efetuadas pela equipe técnica do Prodasen, após a fase de entrega da solução prevista no cronograma físico de execução do Anexo 5 do edital, cabendo à Contratada prestar todo o apoio necessário para a consecução bem-sucedida da migração.

Para que o serviço de IaaS possa atender às demandas de proteção de dados crescentes da Casa, procedeu-se ao levantamento da taxa de crescimento anual do *back end* de backup. Após coleta e análise de dados históricos de consumo de armazenamento nos últimos 12 (doze) meses, verificou-se que a taxa média global de crescimento é da ordem de 10% (dez por cento) ao ano, número que deverá ser entregue pela solução por meio do serviço de IaaS.

Para fins de planejamento, a seguir está a previsão de crescimento do *back end* ao longo de 5 (cinco) anos. Considera-se que o 1º (primeiro) ano já contempla o crescimento apontado, prevendo a inclusão de backups do ambiente Kubernetes, o aumento da quantidade de execução de backups de VMs, entre outros.

| Período | Tamanho |
|---------|----------|
| 1º ano | 2 PB |
| 2º ano | 2,2 PB |
| 3º ano | 2,421 PB |
| 4º ano | 2,663 PB |
| 5º ano | 2,929 PB |

Tabela 5 – Previsão de crescimento do *back end*.

1.2.2.2. Dos requisitos de conectividade dos equipamentos

Um dos requisitos de interconectividade a serem supridos pelo serviço de IaaS é a compatibilidade total da solução fornecida com as 2 (duas) fitotecas atualmente em operação, modelos IBM TS4300, com 11 (onze) drives de leitura e escrita LTO-8, 280 (duzentos e oitenta) slots e 269 (duzentos e sessenta e nove) fitas LTO-8 cada. Os equipamentos são utilizados pelo Prodasen e SECOM para fins de armazenamento de backups de longo prazo e repositório multimídia. As fitotecas são redundantes e instaladas em cada um dos data centers do Prodasen.



SENADO FEDERAL

Para a interligação dos equipamentos, é utilizada uma infraestrutura de Storage Area Network (SAN) composta por 6 (seis) *switches* redundantes, modelo Brocade 6510, distribuídos entre os data centers do Prodasen. Conforme explicado nos estudos técnicos preliminares, os *switches* atualmente em uso encontram-se obsoletos e deverão ser substituídos. Além disso, o contrato de suporte e assistência técnica desses equipamentos (CT 137/2020) tem vigência até 22/11/2025. Diante disso, o serviço a ser contratado deverá, obrigatoriamente, prever a disponibilização de novos equipamentos de interconectividade SAN, em conformidade com as especificações técnicas deste edital e seus anexos, visando garantir a comunicação adequada entre os dispositivos fornecidos e os demais equipamentos existentes na infraestrutura de TI do Prodasen.

Além disso, os equipamentos de interconectividade deverão ser entregues em configuração redundante e distribuídos entre os dois datacenters da Casa, de modo a assegurar alta disponibilidade e resiliência no acesso aos equipamentos, mesmo em situações de falha de componentes ou indisponibilidade parcial do ambiente.

1.2.2.3. Dos requisitos de desempenho de execução de backups

Aumentar a velocidade dos backups reduz significativamente o tempo necessário para concluir as cópias, minimizando a sobrecarga nos equipamentos e permitindo que os agendamentos sejam feitos dentro da janela de backup. Honrar essa janela reduz o impacto sobre os sistemas de produção, liberando recursos mais rapidamente para outras operações.

Outro benefício importante é a eficiência no uso dos recursos de armazenamento e processamento. Processos de deduplicação e compressão diminuem a quantidade de espaço necessário, ao mesmo tempo que reduzem a carga de E/S, otimizando o desempenho dos dispositivos de backup. A otimização da rede também é favorecida, já que backups mais rápidos aliviam o tráfego, especialmente em cenários com replicações remotas ou para a nuvem.

Do ponto de vista da segurança, um backup mais rápido permite realizar validações de integridade e testes automatizados sem comprometer a janela de execução. Isso garante maior confiabilidade dos dados e reduz a exposição a falhas ou ataques durante o processo de cópia.

Por fim, os ganhos de desempenho trazem benefícios financeiros e estratégicos. A redução do tempo de backup diminui o consumo de recursos computacionais, energia e, em alguns casos, até custos de licenciamento. Além disso, uma operação mais eficiente facilita a gestão dos contratos de suporte, reduzindo a necessidade de ajustes constantes ou de equipamentos redundantes, otimizando o investimento.

Considerando a complexidade da sua operação, especialmente com as restrições de janela causadas pela varredura do antivírus no *storage*, argumentar que o aumento de desempenho alinha melhor os tempos de backup com os processos de segurança é um ponto chave. Isso não apenas facilita a administração da infraestrutura, mas também garante maior resiliência e disponibilidade para os dados críticos da organização.



SENADO FEDERAL

A definição de métricas de desempenho de execução de backups para fins de respeito à janela de backup e métricas de desempenho para restauração de backups é essencial para alcançar futuros RTOs que estarão previstos no Plano de Backup. Essas métricas ajudam a medir a eficiência e a eficácia dos processos de backup, garantindo que os backups sejam concluídos de forma correta e dentro dos limites estabelecidos. Em ambientes complexos, a importância dessas métricas se torna ainda mais evidente, especialmente quando se trata de grandes volumes de dados ou backups de múltiplos sistemas interdependentes. A definição de uma janela de backup e o acompanhamento contínuo do desempenho são medidas essenciais para garantir a continuidade dos negócios, proteger os dados e manter a conformidade com as exigências de segurança e governança.

A seguir estão os números de desempenho médio da execução de backups, por tipo⁹.

| Tipo | Velocidade |
|----------|------------|
| Clients | 246 Mbps |
| Oracle | 353 Mbps |
| Exchange | 748 Mbps |
| VMs | 2,93 Gbps |
| NDMP | 358 Mbps |

Tabela 6 – Velocidade média de execução de backups.

Para caracterizar o correto funcionamento do serviço de IaaS, é essencial definir que o desempenho das execuções de backup respeite a janela de backup vigente. Segundo a Política de Backup, a janela de backup está expressa no Calendário de Backups, que consiste no “cronograma detalhado que descreve todos os agendamentos de cópias de segurança feitos no sistema de backup e suas características, com informações sobre qual conteúdo a ser copiado, periodicidade e retenção, bem como onde será armazenado.”

Nesse sentido, todos os backups que forem executados de forma agendada deverão iniciar e finalizar dentro da janela estipulada. Cabe ressaltar que, conforme explicado anteriormente, a janela de backup é dinâmica e poderá ser alterada ao longo da vigência contratual. Entretanto, tal alteração será comunicada à Contratada com antecedência, para permitir a correta adequação do serviço às novas configurações.

⁹ Dados coletados em 27/03/2025 na ferramenta TSM.



SENADO FEDERAL

1.2.2.4. Dos requisitos de desempenho de restauração de backups

Da mesma forma que a execução dos backups, a restauração dos dados deverá obedecer a requisitos de desempenho. Em termos práticos, foram feitos testes de restauração individuais de cada tipo de backup efetuado visando medir o desempenho médio para o procedimento.

Os números estão apresentados na tabela a seguir, por tipo¹⁰.

| Tipo | Velocidade |
|---------|------------|
| Clients | 881 Mbps |
| NDMP | 734 Mbps |
| VMs | 998 Mbps |

Tabela 7 – Velocidade atual de restauração de backups.

A melhoria no desempenho afeta diretamente o RTO. Um tempo de restauração reduzido garante que, em caso de falha ou incidente, os dados fiquem disponíveis mais rapidamente, diminuindo o tempo de inatividade e as perdas operacionais. Além disso, a possibilidade de realizar restaurações granulares com maior agilidade facilita a resposta a incidentes específicos, evitando interrupções prolongadas.

Segundo o Plano de Backup, para que as restaurações de backup sejam efetuadas nos níveis corretos de desempenho, elas devem ser classificadas pelo solicitante em função da sua criticidade. Para esse fim, estão classificadas em:

- Restaurações de execução única, subdivididas em:
 - Críticas – restaurações bem-sucedidas de backups cuja indisponibilidade pode causar interrupção total ou severa dos serviços de origem.
 - Comuns – restaurações bem-sucedidas de backups cuja indisponibilidade compromete de forma limitada a continuidade dos serviços de origem.
 - Flexíveis – restaurações bem-sucedidas de backups cuja indisponibilidade não compromete a continuidade dos serviços, podendo ser concluídas a qualquer tempo.
- Restaurações de ambiente para fins de recuperação de problemas complexos, tais como *Disaster Recovery*, subdivididas em:
 - Lote pequeno – restauração bem-sucedida do subconjunto de backups que representam até 10% (dez por cento) do *front end*.
 - Lote médio – restauração bem-sucedida do subconjunto de backups que representam até 30% (trinta por cento) do *front end*.

¹⁰ Dados coletados em 27/03/2025 na ferramenta TSM.



SENADO FEDERAL

- Lote grande – restauração bem-sucedida do subconjunto de backups que representam até 60% (sessenta por cento) do *front end*.
- Lote completo – restauração bem-sucedida de até 100% (cem por cento) do *front end*.

Cabe ressaltar que a definição de todos os lotes descritos será de responsabilidade da Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Senado Federal (COINTI), que poderá solicitar o apoio dos demais setores do Prodasen, bem como de outras unidades da Casa, para o levantamento dos backups a serem restaurados.

1.2.2.5. Dos serviços de treinamento

Para fins de aprendizado básico nas tecnologias utilizadas pelo serviço, deve-se prover treinamento para até 4 (quatro) pessoas em cada uma das tecnologias (*softwares* e *hardwares*) fornecidos pelo serviço do item 1. Preferencialmente, deverá ser realizado em turma única, minimizando os custos para o Senado Federal.

1.2.2.6. Dos serviços de operação assistida

Para fins de auxílio à administração e operação dos serviços de infraestrutura de backup, torna-se necessária, além dos treinamentos efetuados, a definição de serviços de operação assistida por profissional ou equipe especializada na solução de software de backup a ser entregue. Tal serviço se mostra essencial para garantir que a implantação da solução se dê de forma correta.

O objetivo é criar um banco de horas de tamanho fixo, que será consumido e pago apenas quando solicitado pela equipe técnica, mediante a abertura de ordem de serviço à contratada e vinculado ao atingimento de níveis mínimos de serviço. A utilização desses serviços permite que a equipe técnica se adapte melhor e mais rápido à solução de backup ao longo de todo o contrato.

Durante a vigência contratual, a presença de especialistas permitirá a definição e aplicação das melhores práticas de administração e operação da solução, aplicando estratégias de redução de uso de espaço de armazenamento, otimização das restaurações de backups, estratégias para migração dos dados de longo prazo da solução atual para a nova solução, entre outros. Ademais, permitirá a identificação e resolução célere de eventuais problemas operacionais que possam surgir.

Os serviços de operação assistida facilitam a adaptação dos processos internos do serviço de backup corporativo do Prodasen à nova solução, garantindo que as rotinas de backup, restauração e acompanhamento sejam validadas e ajustadas conforme necessário, minimizando a ocorrência de erros, reduzindo riscos de indisponibilidade ou perda de dados e assegurando que a equipe técnica adquira a experiência necessária para administrar a solução de forma autônoma.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

Esta contratação tem por objetivo resolver várias questões críticas relacionadas à proteção e recuperação de dados do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

Atualmente, o serviço de backup corporativo envolve processos, tecnologias e práticas voltadas para a cópia, proteção e recuperação de dados corporativos. No entanto, a infraestrutura existente enfrenta desafios significativos, como a obsolescência de equipamentos, a necessidade de expansão devido ao crescimento dos dados, e a complexidade de gestão de múltiplos contratos de suporte.

A nova solução visa garantir a continuidade do negócio, minimizando o impacto de possíveis interrupções e assegurando a conformidade com normas de proteção de dados. Além disso, busca modernizar a infraestrutura de backup, melhorar a eficiência operacional, e proporcionar maior segurança e resiliência contra falhas e ataques cibernéticos.

Ademais, a escolha do modelo de infraestrutura de backup como serviço (IaaS) oferece um controle relevante sobre a solução, permitindo a administração e operação sem a dependência gerada por um serviço totalmente terceirizado. Além disso, proporciona um custo previsível, evitando a aquisição de soluções superdimensionadas e permitindo um planejamento financeiro mais eficiente. A atualização constante e a inclusão de novas funcionalidades garantem a segurança dos dados e a modernização do ambiente. A escalabilidade da solução permite a expansão conforme a taxa de crescimento prevista, eliminando a necessidade de compra de novos equipamentos. A segurança dos dados é planejada e realizada por técnicos da Casa, garantindo maior controle e proteção.

Outro ponto importante é a unificação do quantitativo de contratações, substituindo a grande maioria dos contratos atuais e diminuindo o risco de falta de cobertura para um dos componentes da solução, o que poderá acarretar a indisponibilidade da solução como um todo. A alta integração dos componentes da solução garante o correto funcionamento e elimina a necessidade de definição de cada parte da estrutura. A modernização do ambiente atual, com o uso de equipamentos novos e software atualizado, permite uma implantação otimizada e mais célere da nova solução. Por fim, a nova solução viabiliza plenamente a implantação do Plano de Backup, ajustando-se às demandas e permitindo maior flexibilidade na execução de backups não efetuados atualmente.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas nesta contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que, segundo o modelo de contratação, os requisitos técnicos foram amplamente validados pelo mercado, garantindo alinhamento com as melhores práticas e permitindo a participação de diversos fornecedores.

As definições de métricas de capacidade e desempenho foram estabelecidas de forma ampla, considerando dados levantados a partir da solução atual e projetando a utilização futura da solução, usando dados como a capacidade *front end* e *back end*, os tipos e quantitativos de backup utilizados, bem como o desempenho da solução atualmente em uso. Além disso, a natureza do serviço a ser contratado favorece uma concorrência ainda maior, pois não há especificação de tipos específicos de equipamentos a serem utilizados, permitindo que cada fornecedor apresente a tecnologia e a arquitetura que melhor atendam aos requisitos estabelecidos, promovendo maior inovação e eficiência na solução proposta.



SENADO FEDERAL

Para evitar riscos de descontinuidade contratual, garantindo acesso temporário aos serviços do item 1, excepcionalmente, criou-se mecanismo de transição contratual análogo ao apresentado em contratação similar feita pelo TCU (CT 34/2020, processo TC 015.059/2020-0), que prevê a prestação de backup como serviço (BaaS)¹¹.

A adoção dessa abordagem pelo tribunal foi considerada adequada e legítima à luz da jurisprudência e da doutrina administrativa, especialmente em situações em que há riscos concretos de descontinuidade de serviços essenciais, como os de backup corporativo. No caso, a Corte reconheceu a necessidade de assegurar a continuidade do serviço crítico e autorizou a celebração de termo de cessão em comodato por prazo determinado para o serviço de BaaS, como solução de transição até a conclusão de processo licitatório de solução que venha a substituí-lo.

Portanto, a criação desse mecanismo excepcional de transição contratual, ainda que fora do modelo atual de contratações do Senado Federal, fundamenta-se não apenas na analogia com caso concreto analisado pelo TCU, mas também em princípios constitucionais e administrativos, como os da eficiência e da motivação dos atos administrativos.

Como exemplos, a contratação em tela visa trazer resultados como:

- Melhoria na administração e operação: a nova solução substituirá o software de backup atual, proporcionando uma administração e operação mais eficiente.
- Redução do risco de falhas de hardware: com o uso de equipamentos novos e com garantia, o risco de falhas de hardware será significativamente reduzido.
- Garantia de integração: a nova solução garantirá a compatibilidade total entre o software e o hardware adquiridos, assegurando uma operação sem problemas.
- Desempenho e segurança: a nova solução trará ganhos significativos de desempenho e segurança.
- Unificação da contratação: a contratação permitirá a redução do risco de falta de cobertura para um dos componentes da solução, o que potencialmente poderia prejudicar a disponibilidade da solução como um todo.
- Metas de desempenho: serão estabelecidas metas de desempenho de execução e restauração de backups, com mecanismos contratuais como glosa e multa em caso de descumprimentos.
- Cotas de consumo: a nova solução permitirá o uso eficiente do espaço de armazenamento para backups, estabelecendo cotas de consumo.
- Integração com tecnologias atuais e futuras: a nova solução permitirá melhor integração com as tecnologias atuais e futuras.
- Backups nativos: a nova solução permitirá a execução de backups nativos da solução Kubernetes.

¹¹ Conceitua-se Backup como Serviço (BaaS) como sendo uma solução de backup gerenciada por um provedor externo, que é responsável por realizar a cópia, armazenamento e recuperação de dados.



SENADO FEDERAL

- Previsão de crescimento: a nova solução contemplará a previsão anual de crescimento do ambiente.
- Respeito à janela de backup: a nova solução garantirá o respeito à janela de backup.
- Treinamento na solução: a nova solução incluirá treinamento oficial ou licenciado pelo fabricante.
- Redução do consumo de energia: a nova solução poderá contribuir com a redução do consumo de energia, uma vez que novos equipamentos costumam apresentar a aderência a padrões de consumo reduzidos e mais eficientes.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 3

| |
|---|
| ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ITEM 1 |
|---|

1. Especificações técnicas do objeto – item 1

1.1. A solução ofertada deverá atender integralmente os requisitos especificados neste anexo, devendo ser fornecida com todos os softwares, firmwares e equipamentos necessários para entrega total da solução e completo funcionamento do serviço contratado.

1.2. Todas as funcionalidades previstas neste Anexo deverão estar disponíveis e operacionais no ato da assinatura do contrato.

1.3. A Contratada será responsável por prover todos os recursos necessários à instalação, configuração e suporte da solução sem ônus adicionais, incluindo racks, cabos elétricos, cabos lógicos, adaptadores elétricos, parafusos, porcas, conectores necessários à instalação de equipamentos nos locais de prestação do serviço, incluindo o fornecimento de *transceivers*/transceptores para a utilização de interfaces de fibra óptica, conversores de mídia (fibra óptica/RJ45), entre outros, seguindo todos os padrões e orientações do SENADO.

1.4. Todos os equipamentos da solução deverão ser novos, de primeiro uso, e possuir suporte ativo do fabricante durante toda a vigência contratual, não sendo admitido o fornecimento de equipamentos que estejam declarados pelo fabricante como em fase de *EoL (End of Life)*, *EoSL (End of Service Life)* ou similares, de modo a permitir a continuidade do suporte, a substituição de peças, atualizações de firmware ou software, entre outros, conforme aplicável.

1.4.1. A Contratada deverá ser responsável por eventual necessidade de movimentação física de quaisquer dos equipamentos fornecidos. A movimentação deverá ser planejada em conjunto com a equipe técnica do Prodasen, sem ônus para o SENADO.

1.4.2. No caso de algum dos componentes da solução ser descontinuado pelo fabricante durante a vigência contratual, será de responsabilidade da Contratada substituir tal componente com características técnicas iguais ou superiores e perfeita compatibilidade com o restante da solução, sem ônus adicional ao SENADO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da comunicação do SENADO à Contratada ou vice-versa, o que ocorrer primeiro.



SENADO FEDERAL

1.5. A solução deverá ser *on-premises*, totalmente redundante, e será instalada nos data centers do Prodasen descritos no parágrafo primeiro da Cláusula Quarta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital) e um dos ambientes deverá operar em *stand-by*. Esse modelo deverá permitir a replicação de todos os dados de um data center para o outro, para recuperação total em caso de falhas ou desastres. Ademais, a estrutura instalada no data center principal deverá funcionar de forma independente da estrutura do data center redundante.

1.6. A solução fornecida deverá, em cada data center, ser totalmente instalada em até 1 (um) rack, com no máximo (42U) de altura, devido às atuais limitações de espaço nos data centers, respeitadas as orientações de instalação de cada fabricante.

1.6.1. A depender do espaço físico utilizado pela solução, poderão ser aproveitados espaços vazios nos racks disponíveis nos data centers, respeitados os requisitos do item anterior.

1.6.2. Caso não haja racks do Prodasen disponíveis para instalação nos data centers, a solução deverá fornecer racks suficientes para a instalação dos equipamentos, em conformidade com os padrões utilizados pelo Prodasen.

1.7. A solução deverá entregar mecanismos que atendam ao princípio 3-2-1¹² de proteção de dados.

1.7.1. A solução deverá entregar mecanismos de imutabilidade de dados, permitindo que os backups armazenados não possam ser alterados, sobrescritos ou excluídos, de forma intencional ou acidental, por qualquer usuário, inclusive com privilégios administrativos, durante o período de retenção definido, sendo obrigatória a apresentação de documentação que comprove tal capacidade.

1.7.2. A solução deverá entregar mecanismos que permitam que os backups sejam verificados e testados regularmente para garantir que sejam recuperáveis.

1.8. Todas as atualizações, upgrades, patches de segurança ou quaisquer alterações nos componentes da solução contratada, incluindo software, firmware ou hardware, são de comunicação obrigatória da Contratada ao SENADO e deverão ser previamente agendadas e autorizadas pela equipe técnica do Prodasen. A Contratada deverá comunicar por e-mail os detalhes da atualização proposta, seus objetivos, impactos previstos, data e horário sugeridos para execução. A atualização somente poderá ser realizada após manifestação expressa da equipe técnica, podendo esta reprogramar a execução conforme critérios de conveniência técnica ou operacional. Para essa finalidade, não serão consumidas as horas do serviço de operação assistida.

¹² O princípio 3-2-1 recomenda manter três cópias dos dados, armazenadas em duas mídias diferentes, com uma cópia fora do local principal (*off-site*). Essa estratégia reduz o risco de perda total de dados em caso de falhas físicas, desastres ou ataques cibernéticos.



SENADO FEDERAL

1.9. Todas as reposições de peças e remoções de equipamentos devem ser realizadas pela Contratada mediante agendamento prévio e acompanhamento da equipe técnica do Prodasen, a qual não manterá a guarda de peças removidas. Todo o trâmite para sua devolução deve ser providenciado pela Contratada.

1.10. A solução deverá possuir recursos como deduplicação e compressão de dados, visando otimizar o uso do armazenamento.

1.11. A solução deverá ser configurada de tal modo que todos os softwares e firmwares estejam na versão estável mais recente disponível.

1.12. Não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais para a leitura e recuperação dos dados já protegidos pela solução, durante toda a vigência contratual.

1.13. A solução deverá permitir a implementação de criptografia de dados, utilizando os algoritmos mais comuns no mercado, com chaves de 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits ou superior, tanto em trânsito quanto em repouso, visando a proteção contra acessos não autorizados.

1.14. A solução deverá manter *logs* detalhados de todas as operações para rastreabilidade e auditoria.

1.15. A solução deverá contar com proteção contra *ransomware*, incluindo detecção de padrões anormais de acesso ou modificação de arquivos.

1.16. Da solução de software de backup

1.16.1. Conforme Cláusula Quarta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital), a solução deve disponibilizar capacidade de execução e restauração de backups de todo o *front end* atual.

1.16.2. As licenças da solução deverão estar disponíveis em nome do Senado Federal. A comprovação deverá ser efetuada até a emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme previsto na Fase 2 do Cronograma Físico de Execução constante do Anexo 5 do edital.

1.16.2.1. A emissão do Termo de Recebimento da Solução está condicionada à comprovação do item anterior mediante a apresentação de documentação oficial do fabricante, não excluídas as demais comprovações pertinentes.

1.16.3. Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a troca da solução durante a vigência contratual.

1.16.4. A solução deverá ser hospedada em servidor físico ou *appliance* fornecido pela Contratada.



SENADO FEDERAL

1.16.5. O software deverá possuir garantia de continuidade de suporte e atualização pelo fabricante ou desenvolvedor durante toda a vigência contratual. Não serão aceitos softwares que estejam oficialmente em processo de descontinuação (*End of Life, End of Support, End of Support Life* ou similares) ou que tenham data prevista para interrupção de suporte técnico, correções de segurança ou atualizações durante toda a vigência contratual. O licitante deverá apresentar declaração do fabricante ou documentação oficial que comprove o suporte contínuo ao software durante todo o período de execução contratual.

1.16.6. A solução deverá permitir a configuração e execução ilimitadas das seguintes estratégias de backup, minimamente:

- Backup completo (full, incluindo o tipo sintético);
- Backup incremental;
- Backup diferencial;
- Snapshot;
- Replicação.

1.16.7. Além do item anterior, a solução deverá permitir a configuração, execução e restauração ilimitadas dos seguintes tipos de backup, minimamente:

- Sistemas de arquivos – CIFS/NFS;
- NAS – NDMP;
- Bancos de Dados;
- Microsoft Exchange local;
- VMware;
- Kubernetes;
- Active Directory.

1.16.8. Para os itens 1.16.6 e 1.16.7, a solução deverá ser totalmente compatível com os sistemas, equipamentos e infraestruturas listadas do Catálogo de Tecnologia constante do **Anexo 4** do edital.

1.16.8.1. A compatibilidade com as tecnologias do Catálogo será comprovada, obrigatoriamente, pela figuração das mesmas na matriz de compatibilidade oficial da solução de software de backup fornecida.

1.16.8.2. O Catálogo de Tecnologia poderá sofrer alterações ao longo da vigência contratual, sendo responsabilidade da Contratada manter a compatibilidade da solução com as tecnologias incluídas ou alteradas.



SENADO FEDERAL

1.16.9. A solução deverá permitir a configuração de diferentes e ilimitadas políticas de retenção de backups, possibilitando armazenar cópias de segurança por períodos de curto, médio e longo prazo.

1.16.10. A solução deverá suportar o versionamento ilimitado de arquivos e pastas, permitindo a recuperação ilimitada de versões anteriores de um mesmo documento.

1.16.11. A solução deverá ter a capacidade de executar múltiplas operações de execução e restauração de backup simultaneamente.

1.16.12. A solução deverá implementar a reinicialização de backups interrompidos, de forma automática, a partir do ponto de interrupção.

1.16.13. A solução deverá possuir recursos de verificação de gravação correta dos backups no momento de suas realizações e, também, após sua realização.

1.16.14. A solução deverá possuir a capacidade de criptografar dados, tanto na execução do backup quanto na realização de backups para mídias de armazenamento *off-site*.

1.16.15. A solução deverá possuir base de dados do catálogo com gerenciador de banco de dados, devidamente licenciado e com funcionalidades de recuperação rápida em caso de desastre fornecido por ferramentas especificamente desenhadas para esta função.

1.16.15.1. A solução deverá ter recurso para possibilitar a reconstrução total ou parcial do catálogo.

1.16.16. A solução deverá migrar os dados protegidos entre as diferentes camadas de mídias como discos e fitas, com funcionalidade de *staging*, em que os dados são inicialmente enviados para repositórios de disco e posteriormente para outro tipo de repositório.

1.16.17. A solução deverá viabilizar a restauração de backups para servidor diferente daquele de origem, com restauração completa e granular de diretórios e arquivos.

1.16.18. A solução deverá realizar a replicação de backups armazenados em repositório de disco para sítios remotos, permitindo também a restauração de dados a partir de cópias armazenadas remotamente.

1.16.19. A solução deverá permitir o agendamento de *jobs* de backup, sem utilização de utilitários de agendamento dos hosts.

1.16.20. A solução deverá possuir a capacidade de multiplexação de backups, viabilizando a gravação simultânea de múltiplos *streams* de backup.



SENADO FEDERAL

1.16.21. A solução deverá permitir, por meio de APIs nativas, gerenciamento, backup e restauração de *snapshots* das tecnologias aplicáveis do Catálogo de Tecnologia do Anexo 4 do edital, incluindo, mas não se limitando, os sistemas de armazenamento, servidores físicos e plataformas de virtualização. O gerenciamento deverá permitir a criação, retenção, restauração e exclusão controlada de snapshots, conforme políticas definidas pela equipe técnica do Prodasen.

1.16.21.1. Caso a solução de backup não possua a funcionalidade do item anterior, deverá ser capaz de executar e restaurar backups por meio do protocolo NDMP v4 ou superior.

1.16.22. A solução deverá possuir catálogo que centraliza as informações de gerenciamento das cópias de segurança, incluindo discos, cartuchos e seu conteúdo, servidores, retenção, políticas de backup, registros de atividades dos *jobs*, arquivos e diretórios contidos nas fitas de backup, cópias de *vault* e demais informações de gerenciamento, contemplando:

1.16.22.1. Capacidade de auto salvamento de sua configuração e de sua base de dados do catálogo.

1.16.22.2. A solução deverá permitir a reconstrução do catálogo, em caso de perda, a partir dos repositórios de fita e disco.

1.16.23. A solução deverá permitir o controle de acesso no modelo RBAC de forma independente, sem a necessidade de integração com outras ferramentas.

1.16.24. A solução deverá possuir mecanismo de autenticação multifator (MFA) para acessos administrativos.

1.16.25. A solução deverá permitir integração do controle de acesso com Active Directory ou através de LDAP.

1.16.26. A solução deverá possibilitar a implementação de políticas de expurgo automático, removendo backups obsoletos conforme configuração.

1.16.27. A solução deverá permitir o backup do tipo *System State* do sistema operacional Microsoft Windows, incluindo pelo menos os *registry* e *event logs*.

1.16.28. A solução deverá permitir o backup de objetos do Active Directory, com possibilidade de restauração granular.

1.16.29. A solução deverá permitir a recuperação de VM com funcionalidade *Instant Recovery* ou similar.

1.16.30. A solução deverá possuir a funcionalidade de proteção contínua de dados (CDP) para VMs.

1.16.31. A solução deverá permitir o descobrimento automático de VMs, com capacidade de realizar filtros avançados.



SENADO FEDERAL

1.16.32. A solução deverá suportar backup de Oracle Database, incluindo arquitetura Oracle RAC, através da integração com RMAN.

1.16.33. A solução deverá permitir backup e restauração nativa de Kubernetes, permitindo a descoberta automática e sob demanda dos ativos.

1.16.34. A solução deverá permitir backup e restauração de objetos Kubernetes dos tipos Persistent Volume (PV) ou Persistent Volume Claim (PVC).

1.16.35. A solução deverá permitir backup e restauração granular de objetos Kubernetes.

1.16.36. A solução deverá ser totalmente compatível com os principais serviços de nuvem pública do mercado, incluindo, no mínimo, Amazon Web Services, Microsoft Azure, Google Cloud Platform e Oracle Cloud. Essa compatibilidade deve permitir a execução e restauração de backups de soluções/aplicações/sistemas/serviços em nuvem, o uso de armazenamento em *cold storage* e demais funcionalidades, por meio de serviço de nuvem a ser contratado pelo SENADO, sem a necessidade de componentes adicionais, tais como adaptações temporárias, áreas de *staging* externas à solução e assim por diante.

1.16.36.1. As capacidades de *back end* definidas neste Anexo não serão utilizadas para o que se refere o item anterior.

1.16.37. A solução deverá permitir a execução e restauração de backups em mídias físicas (fitas) para armazenamento fora das instalações do Senado Federal (*off-site*).

1.16.38. Todas as funcionalidades da solução deverão ser fornecidas por meio de um único software, não sendo permitidas soluções que operem de forma integrada.

1.16.39. A solução ofertada não poderá incluir softwares do tipo comunidade (*community*) ou possuir componentes e módulos sem suporte oficial do fabricante. Todos os componentes da solução de software de backup descritos deverão ser de um único fabricante.

1.16.40. Durante a Fase 4 do Cronograma Físico de Execução (Anexo 5 do edital), todas as ações necessárias para configuração, administração e operação da solução de software de backup deverão ser efetuadas somente por meio de interface gráfica *web*, não sendo permitidas soluções que necessitem de passos adicionais como a edição de arquivos de configuração, uso de comandos em linha de comando (prompt), criação ou edição de *scripts*, entre outros.

1.16.41. A solução de software de backup (*server*) deverá permitir a instalação nativa em servidor de rede com sistema operacional Windows, não sendo permitidas instalações que usem ambiente virtualizado, subsistemas encapsulados (subsistema do Windows para Linux – WSL), entre outros. Não será permitida a instalação de componentes do *server* em ambientes mistos, ou seja, distribuídos entre diferentes sistemas operacionais, de modo a evitar complexidades adicionais de gerenciamento, suporte técnico e interoperabilidade.



SENADO FEDERAL

1.16.42. A solução deverá oferecer mecanismos de administração, operação e automação por meio de API REST.

1.16.43. A solução deverá permitir a varredura de arquivos e pastas durante a execução de backups utilizando a solução de segurança existente no Prodasen ou por meio de recurso próprio, sem custos adicionais ao SENADO, conforme Catálogo de Tecnologia constante do Anexo 4 do edital, permitindo que os dados sejam protegidos contra *malwares* antes de serem armazenados.

1.17. Da solução de armazenamento de backup

1.17.1. Conforme Cláusula Quarta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital), a solução deve disponibilizar capacidade de armazenamento escalável, partindo de um mínimo equivalente ao *back end* especificado na Tabela 5 (~2 PB), observadas as taxas de crescimento da solução a cada 12 (doze) meses.

1.17.2. Deverá possuir recursos de tolerância a falhas prevendo RAID-6, *erasure code* ou mecanismo equivalente para discos, fontes de alimentação e ventiladores redundantes, minimamente.

1.17.3. Deverá apresentar equipamentos redundantes idênticos, com pelo menos um equipamento instalado em cada data center, conforme parágrafo primeiro da Cláusula Quarta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital).

1.17.4. Deverá apresentar vazão de gravação mínima de 10 TB/h.

1.17.5. Deverá ter recursos para monitoramento remoto pelo fabricante, tal como notificação do tipo *Call-Home*, para verificação proativa de componentes de hardware em situação de falha ou pré-falha.

1.17.6. Deverá ter suporte ao protocolo de monitoramento SNMPv3 ou superior.

1.17.7. Os discos rígidos deverão ser *hot-pluggable* e *hot-swappable* permitindo substituição sem necessidade de interrupção do funcionamento da solução.

1.17.8. Deverá ser totalmente compatível com a solução de software de backup fornecida, garantindo total integração e desempenho do ambiente.

1.18. Do desempenho de execução e restauração de backups

1.18.1. Conforme Cláusula Quarta c/c a Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital) a solução deverá oferecer desempenho igual ou superior às vazões mínimas de execução e restauração de backups.

1.19. Da solução de conectividade de infraestrutura de backup

1.19.1. Para a infraestrutura SAN, a solução deverá atender aos seguintes requisitos, minimamente:



SENADO FEDERAL

- 1.19.1.1.** Ser composta por *fabrics* redundantes.
 - 1.19.1.2.** Cada *fabric* deverá conter 2 (dois) *switches* SAN, totalizando pelo menos 4 (quatro) *switches* SAN disponibilizados.
 - 1.19.1.3.** Cada *fabric* deverá disponibilizar, de forma ativa, 96 (noventa e seis) portas Fibre Channel (FC).
 - 1.19.1.4.** Todos os *switches* deverão suportar a velocidade de 8 (oito) Gbps por porta.
 - 1.19.1.5.** Os *fabrics* deverão ser instalados nos data centers do Prodasen, ser fisicamente e logicamente isolados entre si.
 - 1.19.1.6.** Deverá possuir recursos de tolerância a falhas prevendo, pelo menos, fontes de alimentação e ventiladores redundantes.
 - 1.19.1.7.** Deverá fornecer software de administração que possibilite configurar a infraestrutura SAN fornecida, através de interface gráfica (GUI), e compatível com o sistema operacional Windows.
- 1.19.2.** Para a infraestrutura Ethernet, a solução deverá atender aos requisitos e padrões de conectividade utilizados pelo Prodasen.



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 4

| |
|-------------------------------|
| CATÁLOGO DE TECNOLOGIA |
|-------------------------------|

Os sistemas utilizados pelo SENADO com os quais a solução deverá ter compatibilidade para fins de execução e restauração de backups¹³ são os seguintes:

- Oracle Linux 8 ou superior;
- Ubuntu Linux 22.04 ou superior;
- Microsoft Windows Server Datacenter 2016, 2019, 2022 ou superior;
- Microsoft Windows 10 ou superior.

Deverá ser compatível e interoperável com o seguinte *storage*:

- Huawei OceanStor Dorado 6000 V6;

Deverá ser compatível e interoperável com a seguinte biblioteca de fitas:

- IBM TS4300.

Deverá ser compatível com os seguintes bancos de dados:

- Oracle Database 19c Enterprise Edition ou superior;
- Microsoft SQL Server 2017 ou superior;
- PostgreSQL 16 ou superior;
- MySQL 8.4 ou superior.

Deverá ser compatível com o seguinte ambiente de banco de dados:

- Oracle Exadata Cloud@Customer.

Deverá ser compatível com os seguintes ambientes:

- Kubernetes 1.28 ou superior;
- VMware vSphere 8 ou superior.

Deverá ser compatível com a seguinte solução de segurança:

- Antivírus Trellix¹⁴;

¹³ Neste catálogo não está incluída a instância do *server* da solução de software de backup, cuja especificação está no Anexo 3 – Especificações Técnicas.

¹⁴ A referida compatibilidade não será exigida caso a contratada opte por fornecer solução equivalente à listada no catálogo, sem custos adicionais ao Senado Federal.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 5

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

| Cronograma Físico Visão Geral | | | | | |
|--|---|--|-----------------------------------|--|-----------------------------|
| Fase | Período | Descrição | Pré-Requisito | Produto | Responsável |
| FASE 1 – Reunião de alinhamento | Até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato. | Apresentação do preposto da CONTRATADA, identificação das expectativas, nivelamento das condições estabelecidas e esclarecimento de dúvidas. | Assinatura do contrato. | Alinhamento técnico e fornecimento de informações entre a CONTRATADA e o Senado Federal. | CONTRATADA e Senado Federal |
| FASE 2 – Entrega, instalação e configuração inicial da solução | Até 90 (noventa) dias corridos após a data da Reunião de Alinhamento. | Entrega, instalação e configuração inicial de toda a solução, permitindo o treinamento da solução. | Reunião de alinhamento realizada. | Termo de Recebimento da Solução. | CONTRATADA e Senado Federal |



SENADO FEDERAL

| Cronograma Físico Visão Geral | | | | | |
|--|---|---|---|---|-----------------------------|
| Fase | Período | Descrição | Pré-Requisito | Produto | Responsável |
| FASE 3 – Execução dos serviços de Treinamento da solução | Até 60 (sessenta) dias corridos após a entrega, instalação e configuração inicial da solução. | Prestação de treinamento em todas as partes da solução para capacitação da equipe técnica e início da fase de Administração e Operação da solução pela equipe do SEPRTI. | Emissão de Ordem de Serviço para execução dos serviços. | Equipe técnica capacitada em todos os componentes da solução. | CONTRATADA |
| FASE 4 – Administração e operação do serviço de infraestrutura de backup | Da emissão do Termo de Recebimento da Solução até o fim da vigência contratual. | Fase de execução rotineira do serviço, onde passarão a vigorar os IMRs estabelecidos na Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 10 do edital), o suporte e assistência técnica da solução e o serviço de operação assistida. | Emissão do Termo de Recebimento da Solução. | Serviço de IaaS em operação. | CONTRATADA e Senado Federal |



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 6

| |
|--|
| <p>MODELOS DE TERMO DE VISTORIA E DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA</p> |
|--|

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante da Empresa]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e RG nº **[Número do RG]**, vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 7

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO

TREINANDO

MATRÍCULA

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

NOME DO TREINAMENTO

| |
|--|
| |
|--|

PERÍODO

LOCAL

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Pontue cada questão com base na classificação a seguir.

| NOTA 1 | | NOTA 2 | | NOTA 3 | | NOTA 4 | | NOTA 5 | | Não se Aplica | Sem Opinião |
|--------|------|--------|---------|--------|--------------|--------|-----|--------|-----------|---------------|-------------|
| 1 | Ruim | 2 | Regular | 3 | Satisfatório | 4 | Bom | 5 | Muito bom | N | ? |

Se achar que o item não é aplicável a este treinamento pontue com “N”.

Se não tem opinião formada sobre o questionamento pontue com “?”.

| Tópicos | Itens | Pontuação |
|----------|--|-----------|
| PROGRAMA | 01 – O conteúdo do treinamento atendeu as suas expectativas? | |
| | 02 – O treinamento contribuiu para seu aprimoramento profissional? | |
| | 03 – A carga horária foi adequada ao conteúdo apresentado? | |
| | 04 – Houve adequado planejamento e organização das aulas? | |
| DINÂMICA | 05 – Houve incentivo e apoio a sua participação no treinamento? | |
| | 06 – O instrutor foi claro e objetivo em seus comentários? | |
| | 07 – O instrutor demonstrou domínio sobre o conteúdo ministrado? | |
| | 08 – O instrutor foi educado, atencioso e prestativo? | |
| | 09 – Houve pontualidade e cumprimento dos horários acordados? | |



SENADO FEDERAL

| <i>Tópicos</i> | <i>Itens</i> | <i>Pontuação</i> |
|------------------------|---|-------------------------|
| <i>RECURSOS</i> | 10 – A qualidade do material didático e a linguagem utilizada foi satisfatória? | |
| | 11 – Foi feito um bom uso de recursos audiovisuais? | |
| | 12 – Os exercícios realizados ajudaram a fixar o assunto apresentado? | |
| <i>GERAL</i> | 16 – AVALIAÇÃO GERAL DO TREINAMENTO | |

| COMENTÁRIOS E SUGESTÕES |
|--------------------------------|
| |
| |
| |
| |

Local e data

assinatura



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 8

TERMO DE SIGILO - CONTRATADA

A **União** por intermédio do **Senado Federal**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0004-68, doravante denominado SF e **NOME DA EMPRESA**, pessoa jurídica com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, doravante denominada contratada e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato SF Nº, celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é a, mediante condições estabelecidas pelo SF;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SF de que a contratada tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O SF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do SF, principalmente aquelas classificadas como SIGILOSAS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo SENADO;

II - A contratada se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo SENADO, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES SIGILOSAS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo SENADO;

III - A contratada se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do SENADO;



SENADO FEDERAL

IV - O SF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA SIGILOSIDADE

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

I - A contratada se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

II - A contratada se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do SENADO;

III - O consentimento mencionado inciso II acima, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

IV - A contratada se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do SENADO;

V - A contratada deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do SENADO, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo SENADO;

V - Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO;

VI - O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual;

VII - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à contratada, são de única e exclusiva propriedade intelectual do SENADO;

VIII - A contratada firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

IX- A contratada obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;



SENADO FEDERAL

X - A contratada nunca poderá compartilhar INFORMAÇÕES e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

I - Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor durante a vigência do contrato.

A contratada não poderá, por si, compartilhar informações, mesmo após o término da vigência do contrato, e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado, que é o proprietário das informações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SENADO, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Este TERMO está vinculado ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

II - O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do SENADO;

IV - Salvo expressa determinação em contrário, o disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;



SENADO FEDERAL

V - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, pela contratada, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, de de

Nome

Diretor

NOME DA EMPRESA

Brasília, de de

Nome

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 9

| |
|--|
| TERMO DE SIGILO E USO - PRESTADOR |
|--|

1. Colaborador (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o número **XXX.XXX.XXX-XX**, atesta tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Senado Federal, aceita regras, condições e obrigações constantes do presente termo.
2. O objetivo deste Termo de Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Senado Federal reveladas ao signatário em função da prestação dos serviços objeto do contrato **XX/XXXX**.
3. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
4. O signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Senado Federal, das informações restritas reveladas.
5. O signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços ao Senado Federal / plano de trabalho, as informações restritas reveladas.
6. O signatário deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
7. O signatário obriga-se a informar imediatamente ao Senado Federal qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Senado Federal, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o Senado Federal e a Contratada, sem qualquer ônus para o Senado Federal. Nesse caso, a Contratada estará sujeita, por ação ou omissão, além das eventuais multas definidas no contrato, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Senado Federal, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.



SENADO FEDERAL

9. O signatário manifesta explícita ciência:

- a) da vedação à criação de compartilhamentos nos servidores sem a devida autorização do proprietário e sem a devida autorização formal do fiscal, registrado em ticket no sistema de chamados do Senado Federal, evitando-se exposição de dados sensíveis;
- b) da vedação à utilização dos discos C: para qualquer uso diferente daquele para qual é destinado: utilizado única e exclusivamente para o sistema operacional;
- c) da vedação de permanecer conectado aos servidores após o uso (efetuar logout SEMPRE);
- d) da vedação da utilização de usuário ROOT em sistemas Linux, sempre que for possível a criação de usuário identificado com privilégios de ROOT;

10. O signatário admite ciência da proibição de login na estação de trabalho com usuário administrador “XX”, sendo a violação passível de eventuais sanções impostas pelas políticas corporativas do Senado Federal. Conforme demonstrado no procedimento publicado em documentação interna, o correto acesso deve ser efetuado com o usuário comum e o escalonamento de privilégios com o usuário específico feito apenas nas conexões remotas, por meio de browser, SSH ou RDP;

11. O signatário admite ciência que as contas pessoais devem ser utilizadas APENAS para login interativo. QUALQUER outra funcionalidade deve utilizar usuário próprio, como os usuários de serviço.

12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura.

13. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente documento, o signatário assina e manifesta ciência.

Brasília, XX de XXXXXX de XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXX



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 10

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a **prestação de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.003551/2025-35, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de infraestrutura de backup (IaaS), treinamento e operação assistida, durante 60 (sessenta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que integram este instrumento para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;



SENADO FEDERAL

- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI** - abster-se de divulgar dados e informações do SENADO a que tiver acesso em virtude da execução contratual, devendo se comprometer com o estabelecido no Termo de Sigilo, conforme **Anexo 8** do edital, que deve ser assinado por ocasião da assinatura do contrato;
- VII** - requerer de todos os colaboradores incumbidos da execução dos serviços, antecipadamente em relação ao início do trabalho destes, individualmente, a assinatura do Termo de Sigilo e Uso do Prestador, conforme modelo do **Anexo 9** do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO – São obrigações do SENADO, além de outras previstas neste contrato, no edital e seus anexos, ou, ainda, decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de TI;
- II** - Fornecer à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;



SENADO FEDERAL

III - Providenciar espaço e meios adequados no local da instalação para a eficiente prestação do objeto, e cooperar para a manutenção de um registro de atividades no local;

IV - Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer problemas observados na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas necessárias; e

V - Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto deste contrato, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme Cronograma Físico de Execução constante do **Anexo 5** do edital, reproduzido a seguir:



SENADO FEDERAL

| Cronograma Físico Visão Geral | | | | | |
|--|---|--|---|--|---------------------|
| Fase | Período | Descrição | Pré-Requisito | Produto | Responsável |
| FASE 1 – Reunião de alinhamento | Até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato. | Apresentação do preposto da CONTRATADA, identificação das expectativas, nivelamento das condições estabelecidas e esclarecimento de dúvidas. | Assinatura do contrato. | Alinhamento técnico e fornecimento de informações entre a CONTRATADA e o SENADO. | CONTRATADA e SENADO |
| FASE 2 – Entrega, instalação e configuração inicial da solução | Até 90 (noventa) dias corridos após a data da Reunião de Alinhamento. | Entrega, instalação e configuração inicial de toda a solução, permitindo o treinamento da solução. | Reunião de alinhamento realizada. | Termo de Recebimento da Solução. | CONTRATADA e SENADO |
| FASE 3 – Execução dos serviços de Treinamento da solução | Até 60 (sessenta) dias corridos após a entrega, instalação e configuração inicial da solução. | Prestação de treinamento em todas as partes da solução para capacitação da equipe técnica e início da fase de Administração e Operação da solução pela equipe do SEPRTI. | Emissão de Ordem de Serviço para execução dos serviços. | Equipe técnica capacitada em todos os componentes da solução. | CONTRATADA |
| FASE 4 – Administração e operação do serviço de infraestrutura de backup | Da emissão do Termo de Recebimento da Solução até o fim da vigência contratual. | Fase de execução rotineira do serviço, onde passarão a vigorar os IMRs estabelecidos na Cláusula Quinta, o suporte e assistência técnica da solução e o serviço de operação assistida. | Emissão do Termo de Recebimento da Solução. | Serviço de IaaS em operação. | CONTRATADA e SENADO |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os serviços deverão ser prestados com atendimento prioritariamente local na sede do PRODASEN, localizado à via N2, Bloco 1, Senado Federal, e no CETEC Norte da Câmara dos Deputados, localizado na Via N3, Bloco B, Setor Garagem Ministeriais, SAFN, ambos em Brasília – DF.

I - Para os serviços executados nas dependências do SENADO, fica a cargo deste providenciar os recursos necessários ao bom desempenho do serviço, tais como: local de trabalho, móveis, acesso à internet e à rede sem fio, mas não outros recursos computacionais (computadores, periféricos computacionais, licenças de software).

II - Excepcionalmente, a fiscalização poderá autorizar a execução das atividades relacionadas aos serviços consideradas possíveis de serem executadas de forma remota.

a) Todos os equipamentos, conexões, links de dados, entre outros, necessários à prestação dos serviços e para a conexão à infraestrutura do SENADO, deverão ser providos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus ao SENADO. Além dos equipamentos usualmente necessários para esse tipo de serviço, a CONTRATADA deverá garantir que cada profissional tenha um *token* criptográfico específico para acesso à VPN do SENADO, câmera de vídeo (*webcam*), microfone e fones de ouvido (*headphones*) para realização de videochamadas;



SENADO FEDERAL

b) É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos *tokens* necessários para a gravação dos certificados digitais de acesso à VPN do SENADO, devendo a CONTRATADA arcar com as despesas de envio e devolução dos dispositivos.

c) O acesso remoto ao ambiente deverá estar em conformidade com as normas de Tecnologia da Informação em vigor no SENADO, tais como a Política de Segurança da Informação e a norma que atualmente regula os acessos remotos à rede do Senado Federal. As normas serão informadas (ou entregues) à CONTRATADA por ocasião da reunião de alinhamento.

d) Caso as atividades não possam ser realizadas remotamente, a CONTRATADA arcará com qualquer ônus de deslocamento necessário para que a atividade seja realizada *in loco*.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Independentemente do local de prestação dos serviços, em nenhuma hipótese haverá diferenciação no preço a ser pago para a sua execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será realizada no SENADO uma reunião de alinhamento em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, com participação do preposto e demais representantes da CONTRATADA, conforme agendamento a ser efetuado pela fiscalização e gestão do contrato.

I - A critério do SENADO, a reunião de alinhamento para início da execução contratual poderá ocorrer por videoconferência.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por dar ciência a todos os seus profissionais quanto às normas relacionadas à tecnologia e à segurança da informação vigentes no SENADO, comprovando por meio de recolhimento de Termo de Ciência (conforme modelo ao Anexo 9 do edital – Termo de Sigilo e Uso – prestador), assinado por cada profissional, em que esses indiquem terem tomado conhecimento das referidas normas e das formas de acesso a elas, ainda que por requisição ao preposto, inclusive quanto às que vierem a ser editadas, comprometendo-se a se manter informados durante toda a vigência contratual.

I - As normas vigentes deverão ser divulgadas pelo SENADO à CONTRATADA quando da reunião de alinhamento e, as que vierem a ser editadas ou alteradas durante a vigência contratual, deverão ser comunicadas à CONTRATADA em um prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da ciência, pela fiscalização, da edição ou alteração da(s) norma(s).

Dos serviços de infraestrutura de backup (IaaS)

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá realizar a instalação de todos os componentes que compõem a solução no ambiente do SENADO, tomando-se por base o que foi definido nos itens da lista de requisitos, e sem nenhum ônus adicional para o SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá realizar a configuração inicial de todos os componentes da solução no ambiente do SENADO, de forma a garantir que a solução será entregue à equipe técnica em perfeitas condições de uso, considerando o atendimento de todos os requisitos descritos neste contrato, no edital e seus anexos, e sem nenhum ônus adicional para o SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Até o último dia da Fase 2 do Cronograma Físico de Execução, conforme *caput* desta Cláusula, a CONTRATADA deverá comprovar, por meio de relatório retirado de ferramenta da solução:



SENADO FEDERAL

I - Todos os dados e informações necessários que permitam a bem-sucedida execução e restauração de cópias do *front end* total especificado na tabela 2 do item 1.2.2 do Anexo 2 do edital.

II - Todos os dados e informações necessários para validação da disponibilidade imediata da capacidade de armazenamento do *back end* total especificado na tabela 5 do item 1.2.2.1 do Anexo 2 do edital (~2 PB).

a) Para a comprovação citada neste inciso II será aceito o uso de mecanismos de deduplicação e compressão para fins de cálculo, utilizando-se como referência a taxa de deduplicação apresentada no item 1.2.2.1 do Anexo 2 do edital (8,5:1). Nessa simulação, o volume líquido de armazenamento a ser disponibilizado inicialmente deverá ser de 235,3 TB, no mínimo.

III - Quantitativo de portas de conectividade de infraestrutura de backup disponíveis para uso imediato, conforme Anexo 3 do edital (Especificações Técnicas), bem como a total compatibilidade com a velocidade de operação estipulada (8 Gbps).

PARÁGRAFO OITAVO - Para os 3 (três) primeiros meses da Fase 4 do Cronograma Físico de Execução, conforme *caput* desta Cláusula, será utilizado disposto na alínea “a” do inciso II do parágrafo anterior para fins de cálculo da capacidade de armazenamento do *back end* total.

PARÁGRAFO NONO – Após o prazo do parágrafo oitavo, ao longo da vigência contratual, para fins de cálculo da capacidade de armazenamento do *back end* total, a taxa global de deduplicação deverá ser a aferida na solução de backup.

I - Exemplo: caso a taxa aferida seja de 5:1, o volume líquido de discos deverá apresentar, para o primeiro ano de vigência contratual, o valor de $2 \text{ PB} / 5 = 400 \text{ TB}$.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A cada 12 (doze) meses de vigência contratual, a CONTRATADA deverá comprovar, por meio de relatório retirado de ferramenta da solução:

I - Aumento da capacidade total de licenciamento do *front end* em 7,5% (sete e meio por cento) em relação à capacidade do *front end* aferida do momento da geração do relatório.

II - Aumento da capacidade total do *back end* em 10% (dez por cento) em relação à capacidade do *back end* aferida do momento da geração do relatório, conforme simulação anual da Tabela 5 do item 1.2.2.1 do Anexo 2 do edital.

a) Para a comprovação citada neste inciso II será aceito o uso de mecanismos de deduplicação ou compressão para fins de cálculo.

III - A CONTRATADA deverá agendar as atividades relacionadas com a fiscalização do contrato no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência à execução das atividades.

IV - A instalação e configuração das expansões deverá ser finalizada impreterivelmente até 1 (um) dia antes da data de aferição, e será avaliada quanto ao correto funcionamento pela equipe técnica do Prodasen.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA estará isenta da comprovação do parágrafo anterior caso tenha optado, a qualquer tempo, por disponibilizar a solução com a capacidade total prevista para uso nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual. Nesse



SENADO FEDERAL

sentido, deverá levar em consideração o fornecimento do quantitativo total do 5º (quinto) ano, Tabela 5 do item 1.2.2.1 do Anexo 2 do edital (~2,929 PB).

I - Para a comprovação do Parágrafo Décimo Primeiro será aceito o uso de mecanismos de deduplicação ou compressão para fins de cálculo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A qualquer tempo, caso a capacidade de armazenamento do *back end* total exigida não seja respeitada, a CONTRATADA terá 20 (vinte) dias úteis a partir da comunicação do fato pela equipe técnica do Prodasen para ajustar o volume líquido de discos disponível. Caso esse prazo não seja respeitado, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A janela de backup será utilizada como métrica para o cumprimento das metas de execução dos backups agendados, cuja configuração e acompanhamento ficará sob responsabilidade da equipe técnica do Prodasen.

I - A janela será comunicada pela equipe técnica do Prodasen à CONTRATADA em até 10 (dez) dias corridos antes do final da Fase 2 do Cronograma Físico de Execução constante do *caput* desta Cláusula, permitindo que a solução fornecida atenda aos requisitos de desempenho e disponibilidade no período especificado.

II - Alterações posteriores na janela de backup serão comunicadas pela equipe técnica do Prodasen à CONTRATADA com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, para permitir a realização de eventuais ajustes necessários na solução.

III - Para fins de cumprimento das metas de execução dos backups agendados, deverão ser respeitados os indicadores aplicáveis no Instrumento de Medição de Resultados – IMR constantes da Cláusula Quinta.

IV - A janela de backup vigente é a seguinte:

| Tipo de Backup | Período | Quantitativo |
|-------------------------|--|----------------------------------|
| Incremental/Diferencial | 12h diárias, iniciando às 19h, entre segundas e quintas-feiras | <i>Front end</i> total |
| <i>Full</i> | 60h, a partir das 19h de sexta-feira às 7h de segunda-feira | Subconjuntos do <i>front end</i> |

a) Backups *full* do subconjunto do *front end* representam uma fração do *front end* para o período, uma vez que o backup full de todo o *front end* deve ocorrer ao longo de um mês.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA poderá propor, a qualquer momento, ajustes nos agendamentos que serão incluídos na janela de backup, para otimização de uso da janela vigente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Todas as restaurações de backups classificadas segundo previsto no item 1.2.2.4 do Anexo 2 do edital deverão cumprir as métricas de desempenho definidas no IMR constante da Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A CONTRATADA deverá permitir a abertura de chamados de suporte para todos os componentes da solução entregue, em regime 24x7.



SENADO FEDERAL

I - Os serviços de suporte consistem no provimento de suporte técnico e garantia de atualização da solução fornecida no item 1 desta contratação, para todos os componentes fornecidos, visando sua alta disponibilidade e segurança.

II - O registro dos chamados será feito na ferramenta de chamados do Prodasen e em sistema próprio da CONTRATADA, por meio de comunicação feita por canal de atendimento telefônico ou e-mail. As informações deverão ser entregues na Reunião de Alinhamento prevista no parágrafo terceiro desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os atendimentos dos chamados deverão atender aos respectivos indicadores estabelecidos na Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os *switches* SAN a serem fornecidos deverão ser compatíveis com a velocidade dos drives de leitura e escrita LTO-8 das fitotecas atuais e de equipamentos da infraestrutura de TI do Prodasen a serem adquiridos ou substituídos durante a vigência contratual, e deverão suportar todas as especificações técnicas pertinentes constantes do Anexo 3 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Todos os requisitos da solução de software de backup apresentados nas especificações técnicas do Anexo 3 do edital deverão estar disponíveis na data de assinatura do contrato, comprovados mediante documentação oficial do fabricante, a ser entregue no prazo de 5 (cinco) dias após a reunião de alinhamento, vedado o atendimento das especificações técnicas do referido Anexo por meio de lançamentos de funcionalidades posteriores à data de assinatura do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As capacidades de armazenamento e desempenho requeridas nesta Cláusula correspondem aos requisitos mínimos exigidos, sendo admissível o fornecimento de solução com especificações superiores, desde que não implique em ônus adicional para o SENADO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Para fins de apuração dos níveis de serviço atingidos e emissão do aceite, mensalmente serão encaminhados pela CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil subsequente a cada mês de prestação dos serviços, relatórios que deverão conter todas as informações relacionadas à prestação dos serviços de infraestrutura de backup, incluindo minimamente: listagem, quantitativo total, tipos, datas e horários de início e fim de backups efetuados com e sem sucesso; listagem, quantitativo total, tipos, datas e horários de início e fim de restaurações efetuadas com e sem sucesso; prazos de execução e restauração de backups esperados conforme contrato; cálculos e redutores previstos conforme Instrumentos de Medição de Resultados (Cláusula Quinta) ; relatórios de disponibilidade da solução e outros dispositivos contratuais; valores mensais devidos; demais informações necessárias à fiscalização e boa execução contratual. O Senado Federal poderá solicitar a alteração do conteúdo conforme a necessidade do serviço. A partir desses relatórios, o gestor do contrato fará o ajuste nos pagamentos, caso necessário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – Os relatórios citados no parágrafo vigésimo primeiro serão avaliados para emissão do Termo Circunstanciado de Aceite Mensal pelo gestor



SENADO FEDERAL

responsável pela fiscalização do ajuste, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao recebimento dos relatórios, após verificação da sua conformidade.

I - Havendo alguma pendência, o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a devida correção dos pontos necessários, sem prejuízo de eventuais penalidades que venham a ser aplicadas, informando aos demais envolvidos na gestão/fiscalização via mensagem eletrônica, preferencialmente, ou via ofício, se alguma situação assim o requerer.

II - As correções pontualmente solicitadas deverão ser realizadas e informadas à fiscalização do contrato em até 3 (três) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da solicitação pela CONTRATADA.

Dos Serviços de Treinamento

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá fornecer serviços de treinamento ao vivo para até 4 (quatro) participantes, cujas informações serão encaminhadas por meio de Ordem de Serviço à CONTRATADA.

I - Os serviços de treinamento na solução de software de backup deverão ser efetuados de forma remota.

II - Os serviços de treinamento nas soluções de armazenamento e conectividade de infraestrutura de backup deverão ser prestados presencialmente na sede do Prodasen, conforme o parágrafo primeiro desta cláusula e o Anexo 3 do edital.

III - Todo o material didático utilizado nos treinamentos deverá ser disponibilizado ao SENADO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Os serviços de treinamento têm o objetivo de preparar as equipes para obter o conhecimento básico necessário para a administração e operação da solução, conhecendo todas as funcionalidades disponíveis, planejando a utilização da solução e habilitando a resolução básica de problemas.

I - No que couber, o perfil dos treinamentos deverá ser focado nas necessidades do SENADO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer serviços de treinamento oficial autorizado pelo fabricante na solução de software de backup, conforme item 1.2 do Anexo 2 e Anexo 3 do edital.

I - No caso de o fabricante oferecer uma trilha de aprendizado com níveis crescentes de complexidade, o serviço de treinamento a ser fornecido deverá ser de nível básico ou equivalente.

II - Os serviços de treinamento na solução de software de backup serão ministrados preferencialmente com uma carga diária de 4h/dia, contando-se com um só turno diário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A CONTRATADA deverá fornecer serviço de treinamento na modalidade *hands-on* na solução de armazenamento de backup e na solução de conectividade de infraestrutura de backup, conforme item 1.2 do Anexo 2 e Anexo 3 do edital.



SENADO FEDERAL

I - Um treinamento *hands-on* é caracterizado como um método de ensino prático, no qual os participantes aprendem utilizando diretamente o equipamento fornecido em um ambiente real ou simulado. Dessa forma, dispensa o uso exclusivo de explicações teóricas, e os alunos executam tarefas, configuram os equipamentos, resolvem problemas e simulam operações do dia a dia, adquirindo a experiência necessária para administração e operação por meio da prática guiada.

II - A carga horária do treinamento *hands-on* deverá ser de no mínimo 8h (oito horas).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - A ordem de serviço respectiva será emitida pelo gestor ou fiscal do contrato e entregue à CONTRATADA, via mensagem eletrônica, conforme prazo previsto no Cronograma Físico de Execução, constante do *caput* desta Cláusula, e deverá conter a data de início de execução dos treinamentos, entre outras informações necessárias à execução do serviço.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Após a emissão da ordem de serviço, a execução de todos os treinamentos previstos deverá ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de início da execução.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Todas as despesas decorrentes dos serviços de treinamento (alocação de instrutores, confecção de material didático, despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos instrutores etc.) são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - O SENADO poderá indicar os nomes dos alunos até o dia anterior ao previsto para início do treinamento.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - Cabe à CONTRATADA assegurar que os alunos assinem diariamente lista de presença ou fornecer relatório de presença em meio digital.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá realizar junto aos participantes uma avaliação para cada treinamento por meio da Ficha de Avaliação disponível no Anexo 7 do edital, as quais serão consideradas para o aceite e recebimento dos serviços pela fiscalização do contrato.

I - As avaliações deverão ser preenchidas e assinadas pelos alunos e entregues à equipe do SENADO responsável pela fiscalização do serviço.

II - O não atingimento de Níveis Mínimos de Serviço – NMS, conforme IMR constante da Cláusula Quinta, sujeitará a CONTRATADA à realização de novo treinamento para aquele que não for considerado aprovado, visando sanar as deficiências detectadas pelas fichas de avaliação.

a) Neste caso, a CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias úteis para realizar novamente o treinamento não aprovado, em novas datas a serem combinadas com a fiscalização do contrato.

b) A reaplicação de treinamento, pelo efeito das avaliações, não eximirá a CONTRATADA de outras sanções previstas.

III - O processo de avaliação do treinamento deverá ser concluído em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do treinamento.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO – Após a aprovação dos treinamentos, a CONTRATADA fornecer certificado de conclusão de cada treinamento para cada aluno participante em até 22 (vinte e dois) dias úteis.

I - Deverão constar obrigatoriamente nos certificados o total de horas-aula, a ementa do curso, além do nome completo do instrutor, do aluno e da instituição que ministrou o curso.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - Efetivada a prestação do serviço de treinamento, e após a emissão dos certificados de conclusão de curso por parte da CONTRATADA, o objeto será recebido:

I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e após o recebimento do último certificado de conclusão de curso.

II - Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Dos serviços de operação assistida

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - A CONTRATADA deverá disponibilizar para análise, nos 30 (trinta) primeiros dias da Fase 2 do Cronograma Físico de Execução ao *caput* desta Cláusula, documentação de profissional especialista na solução de software de backup, no intuito de garantir o correto uso da solução pela equipe técnica do Prodasen segundo o conceito de operação assistida apresentado no item 1.2 do Anexo 2 do edital, dirimindo dúvidas, orientando o uso e corrigindo eventuais falhas de administração ou operação da solução.

I - Define-se como profissional especialista aquele que, mediante comprovação documental emitida pelo fabricante ou por instituição autorizada por este, possuir certificação oficial de nível intermediário ou avançado na solução de software de backup.

II - Alternativamente, o profissional especialista poderá ser aquele que comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos contínuos na solução de software de backup.

a) A comprovação de experiência poderá ocorrer mediante a apresentação de documentação como o currículo profissional atualizado, atestados anteriores emitidos por clientes da CONTRATADA, ou similares.

b) A análise curricular será feita pela fiscalização contratual, que decidirá pela aceitação do profissional.

c) É recomendável que a CONTRATADA disponibilize mais de um profissional para análise curricular, visando eventual substituição do profissional principal.

d) Caso o profissional não seja considerado apto pela fiscalização, a CONTRATADA deverá providenciar novo profissional no prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da data de decisão da fiscalização.

e) O profissional deverá ser considerado aprovado pela fiscalização até o último dia da Fase 2 do Cronograma Físico de Execução ao *caput* desta Cláusula.

f) A fiscalização poderá, durante a Fase 4 do referido Cronograma Físico de Execução, solicitar a substituição do profissional especialista à CONTRATADA caso entenda, de



SENADO FEDERAL

forma justificada, que ele não atende às necessidades do serviço. A substituição deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de decisão da fiscalização.

g) Caso a CONTRATADA decida substituir o profissional, deverá comunicar o fato à fiscalização de forma antecipada, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data de substituição ou de execução da próxima ordem de serviço, o que ocorrer primeiro, e encaminhar novo profissional para análise da fiscalização também no mesmo prazo.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - Os serviços de operação assistida estão definidos em formato de banco de horas, sendo que o quantitativo máximo de horas a ser utilizado é de 200 (duzentas) horas para toda a vigência contratual.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - A fração do quantitativo de horas de operação assistida a ser executada em função da demanda apresentada será definida em acordo entre a CONTRATADA e o SENADO mediante a complexidade de cada cenário apresentado pela equipe técnica.

I - Cada solicitação de serviços de operação assistida deverá ser efetuada obrigatoriamente por meio da abertura de ordem de serviço à CONTRATADA, com as todas as informações necessárias ao atendimento, tais como data de início e fim, atividades a serem executadas no período e quantitativo de horas acordadas.

II - As atividades relacionadas na ordem de serviço deverão ser iniciadas no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir de sua emissão.

III - O pagamento dos serviços de operação assistida será efetuado após a execução da ordem de serviço e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto nesta Cláusula.

IV - Os serviços de operação assistida, quando possível, poderão ser efetuados de forma remota, a critério do SENADO.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO – Efetivada a prestação dos serviços de operação assistida, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo de aceite detalhado referente à ordem de serviço finalizada, observando-se prazos e condições estabelecidos no Cronograma Físico de Execução (Anexo 5 do edital), nesta Cláusula e em conformidade com as demais exigências de caráter técnico previstas neste contrato, no edital e seus anexos.

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo de recebimento definitivo do serviço que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Da transição contratual

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO - Com o fim de evitar a descontinuidade do serviço de IaaS, o SENADO poderá, caso julgue pertinente, requisitar, sem ônus adicional, a permanência da solução (softwares, hardwares e demais elementos utilizados para a prestação dos serviços que tenham sido utilizados para a entrega, operação e administração da solução), pelo período de 6 (seis) meses após o fim da vigência contratual, por meio da celebração de termo de cessão em comodato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme detalhamento constante desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

| Indicador | |
|---|--|
| Nº 01 Índice de meta de execução de backups agendados | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de execução dos backups agendados em função da janela de backup estipulada. |
| Meta a cumprir | Percentual de backups agendados <u>com sucesso e dentro da janela de backup</u> (QBJ) $\geq 95\%$. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | O quantitativo será fornecido pela CONTRATADA, consolidado em relatório que terá como base a solução de backup. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de cálculo | $QBJ = (\text{Quantidade de backups agendados efetuados dentro da janela de backup} / \text{Quantidade total de backups agendados})$. |
| Início de Vigência | A partir da emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme FASE 4 do Cronograma Físico de Execução – Anexo 5 do edital. |
| Faixas de ajuste no pagamento | Para $QBJ \geq 95\%$: redução de 0% no valor correspondente ao pagamento mensal. Para $QBJ < 95\%$: redução em porcentagem igual a $(100\% - QBJ) * 1,5$ no pagamento mensal correspondente, até o limite de 30%. |
| Sanções | Ultrapassado o limite máximo da Faixa de Ajuste ($QBJ < 80\%$), será aplicada multa específica prevista no item 5 da tabela |



SENADO FEDERAL

| Indicador | |
|---|---|
| Nº 01 Índice de meta de execução de backups agendados | |
| | constante no parágrafo décimo terceiro da Cláusula Décima Segunda. |
| Observações | O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização do contrato caso fique comprovado pela CONTRATADA que o não cumprimento da meta esteja relacionado a algum ativo de infraestrutura de TI não pertencente à solução de backup entregue. |

| Indicador | |
|--|---|
| Nº 02 Índice de meta de restauração individual de backup | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de restauração única de um backup para fins de cumprimento das metas de execução em função da criticidade selecionada. |
| Meta a cumprir | Vazão total de restauração efetuada com sucesso no mês de cada backup \geq meta de execução selecionada. <ul style="list-style-type: none">• Restauração crítica: 1,5 TB/h.• Restauração comum: 750 GB/h.• Restauração flexível: 300 GB/h. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | A vazão total de restauração dos backups no mês será fornecida pela CONTRATADA, consolidada em relatório que terá como base a solução de backup. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de cálculo | QRFM: Quantidade de Restaurações Fora da Meta QRF: Quantidade de Restaurações com Falha FR: Fator de Redução para Restaurações com Falha e Fora da Meta |
| Início de Vigência | A partir da emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme FASE 4 do Cronograma Físico de Execução – Anexo 5 do edital. |
| Faixas de ajuste no pagamento | $FR = (QRFM * 1\%) + (QRF * 5\%)$ Para $FR = 0$: redução de 0% no valor correspondente ao pagamento mensal. Para $FR > 0$: redução igual a FR, até o limite de 30% no valor correspondente ao pagamento mensal. |



SENADO FEDERAL

| Indicador | |
|--|--|
| Nº 02 Índice de meta de restauração individual de backup | |
| Item | Descrição |
| Sanções | Ultrapassado o limite máximo da Faixa de Ajuste ($FR > 30\%$), será aplicada multa específica prevista no item 5 da tabela constante no parágrafo décimo terceiro da Cláusula Décima Segunda. |
| Observações | <p>Para fins de cálculo, será considerada restauração com falha aquela que não for bem-sucedida em até 3 (três) tentativas de execução. Em caso de sucesso, serão desconsideradas as tentativas de execução malsucedidas.</p> <p>O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização caso fique comprovado pela CONTRATADA que o não cumprimento da meta esteja relacionado a algum ativo de infraestrutura de TI não pertencente à solução de backup entregue.</p> |

| Indicador | |
|---|--|
| Nº 03 Índice de meta de restauração em lote de backup | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de restauração em lote (mais do que 1 [um] backup ao mesmo tempo) para fins de cumprimento das metas de restauração em função da elevada complexidade do procedimento. |
| Meta a cumprir | <p>Tempo líquido total de restauração com sucesso de todos os backups do lote escolhido (TRL) \leq meta de restauração do tipo de lote selecionado conforme classificação abaixo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Lote pequeno (até 10% [dez por cento] do <i>front end</i> de backup): 24h corridas.• Lote médio (até 30% [trinta por cento] do <i>front end</i> de backup): 72h corridas.• Lote grande (até 60% [sessenta por cento] do <i>front end</i> de backup): 168h corridas.• Lote completo (até 100% [cem por cento] do <i>front end</i> de backup): 336h corridas. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | O tempo líquido final de restauração em lote dos backups será fornecido pela CONTRATADA, consolidado em relatório que terá como base a solução de backup. |



SENADO FEDERAL

| Indicador | |
|---|---|
| Nº 03 Índice de meta de restauração em lote de backup | |
| Item | Descrição |
| Periodicidade | Sob demanda. |
| Mecanismo de cálculo | TRL = Tempo líquido final da restauração do último backup do lote – tempo líquido inicial da restauração do primeiro backup do lote, em segundos convertidos para horas, arredondado para o próximo número inteiro. |
| Início de Vigência | A partir da emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme FASE 4 do Cronograma Físico de Execução – Anexo 5 do edital. |
| Faixas de ajuste no pagamento | Para $TRL > 100\%$ e $TRL \leq 150\%$ da meta de restauração do lote restaurado com sucesso: redução de 10% no valor correspondente ao pagamento mensal. Para $TRL > 150\%$ e $TRL \leq 200\%$ da meta de restauração do lote restaurado com sucesso: redução de 20% no valor correspondente ao pagamento mensal. Para $TRL > 200\%$ da meta de restauração do lote restaurado com sucesso: redução de 30% no valor correspondente ao pagamento mensal. |
| Sanções | Ultrapassado o limite de $TRL > 250\%$, será aplicada multa específica prevista no item 5 da tabela constante no parágrafo décimo terceiro da Cláusula Décima Segunda. |
| Observações | Esse indicador será avaliado somente em casos de necessidade de restauração de sistemas complexos ou em situações críticas como um <i>Disaster Recovery</i> . O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização caso fique comprovado pela CONTRATADA que o não cumprimento da meta esteja relacionado a algum ativo de infraestrutura de TI não pertencente à solução de backup entregue. |

| Indicador | |
|--|---|
| Nº 04 Índice de tempo de resolução de chamados | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de resolução dos chamados de suporte abertos para a solução do item 01. |



SENADO FEDERAL

| Indicador | | |
|--|--|--|
| Nº 04 Índice de tempo de resolução de chamados | | |
| Item | Descrição | |
| Meta a cumprir | Chamados resolvidos de acordo com os seguintes prazos: | |
| | Tipo de Atendimento | Prazo |
| | Severidade alta: solução ou contorno de problemas críticos com indisponibilidade da solução e grande impacto na sua operação, ou ainda atualizações de segurança ou correções de vulnerabilidades. | Até 8 (oito horas) após a formalização (abertura) do chamado. |
| | Severidade média: solução ou contorno de problemas de alto impacto, onde a produção tem seguimento, mas de modo significativamente reduzido. | Até 24 (vinte e quatro) horas após a formalização (abertura) do chamado. |
| | Severidade baixa: solução ou contorno de problemas não críticos, que afetem poucas funcionalidades, sem impacto sobre a utilização básica da solução. | Até 72 (setenta e duas) horas após a formalização (abertura) do chamado. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | Relatório mensal baseado nas informações registradas sobre o horário de abertura do chamado e o horário de fechamento do chamado. | |
| Periodicidade | Mensal. | |
| Mecanismo de cálculo | Intervalo de tempo, em horas, entre a abertura do chamado e o fechamento. | |
| Início de Vigência | A partir da emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme FASE 4 do Cronograma Físico de Execução – Anexo 5 do edital. | |
| Faixas de ajuste no pagamento | 1% de glosa sobre o faturamento mensal a cada: a. 1 (uma) hora abaixo da meta, para os incidentes de severidade alta; | |



SENADO FEDERAL

| Indicador | |
|--|---|
| Nº 04 Índice de tempo de resolução de chamados | |
| Item | Descrição |
| | b. 8 (oito) horas abaixo da meta, para os incidentes de severidade média; e c. 24 (horas) horas abaixo da meta, para os incidentes de severidade baixa. |
| Sanções | Ultrapassado o limite máximo de ajuste no pagamento de 30% do valor mensal, será aplicada a multa específica prevista no item 5 da tabela constante no parágrafo décimo terceiro da Cláusula Décima Segunda. |
| Observações | O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização caso fique comprovado pela CONTRATADA que o não cumprimento da meta esteja relacionado a algum ativo de infraestrutura de TI não pertencente à solução de backup entregue. |

| Indicador | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|---|
| Nº 05 Aprovação do Treinamento | | | |
| Item | Descrição | | |
| Finalidade | Garantir a qualidade do treinamento para os usuários, para cada treinamento. | | |
| Meta a cumprir | Indicador | Meta | Redutor |
| | Mediana da pontuação das avaliações gerais do treinamento (item 16 da ficha de avaliação de treinamento). | Igual ou acima de 3. | Não há. |
| | Mediana da pontuação das avaliações gerais do treinamento (item 16 da ficha de avaliação de treinamento). | Abaixo de 3. | 5% sobre o valor total dos serviços de treinamento, após realização de nova turma para o treinamento que não for aprovado, quando aprovada, conforme consta |



SENADO FEDERAL

| Indicador | | | |
|---|---|---------------------|---|
| Nº 05 Aprovação do Treinamento | | | |
| Item | Descrição | | |
| | | | na Cláusula Quarta. |
| | Mediana da pontuação em qualquer tópico de avaliação (Programa, dinâmica e Recursos). | Menor ou igual a 2. | 5% sobre o valor total dos serviços de treinamento, após realização de nova turma para o treinamento que não for aprovado, quando aprovada, conforme consta na Cláusula Quarta. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | Formulário de avaliação constante do Anexo 7 do edital. | | |
| Periodicidade | Por treinamento. | | |
| Mecanismo de cálculo | Será realizada a mediana da pontuação dada por cada aluno para a Avaliação Geral do Treinamento (item 16 da ficha de avaliação), a fim de auferir o atingimento da pontuação mínima para aprovação do treinamento (pontuação mediana de 3); Obs. Itens que obtiverem mais de 50% de classificações como “Não se Aplica” ou “Sem opinião” serão desconsiderados no cálculo da média de cada tópico. | | |
| Início de Vigência | Conforme Cronograma de Execução para Serviços de Treinamento. | | |
| Faixas de ajuste no pagamento | Conforme tabela na linha “Metas a Cumprir” acima. | | |
| Sanções | Conforme Cláusula Décima Segunda. | | |
| Observações | Esses dados poderão passar por processo de auditoria e conferência com informações coletadas pelo SENADO quando da conclusão da avaliação. | | |



SENADO FEDERAL

| Indicador | |
|--|--|
| Nº 06 Índice de meta de disponibilidade da solução de backup | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Medir o tempo de disponibilidade da solução de backup para fins de cumprimento das metas de disponibilidade mensal do serviço de IaaS do item 01. |
| Meta a cumprir | Percentual de disponibilidade da solução de backup $\geq 99\%$ do mês em análise. |
| Instrumento de medição e forma de acompanhamento | O percentual de disponibilidade será aferido pela CONTRATADA por meio de ferramenta da solução de backup ou de ferramenta de monitoramento do Senado Federal. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de cálculo | <p>TDSB: Tempo de Disponibilidade da Solução de Backup PDM: Percentual de Disponibilidade Mensal $PDM = (TDSB / \text{Tempo Total do Mês})$</p> <p>Considera-se como Tempo de Disponibilidade da Solução de Backup à medida que leva em consideração a disponibilidade de todos os componentes da solução de backup, a saber: solução de software de backup, solução de armazenamento de backup e solução de conectividade de infraestrutura de backup.</p> |
| Início de Vigência | A partir da emissão do Termo de Recebimento da Solução, conforme FASE 4 do Cronograma Físico de Execução – Anexo 5 do edital. |
| Faixas de ajuste no pagamento | <p>Para $PDM < 99\%$ e $\geq 98\%$: redução de 5% no valor correspondente ao pagamento mensal.</p> <p>Para $PDM < 98\%$ e $\geq 97\%$: redução de 15% no valor correspondente ao pagamento mensal.</p> <p>Para $PDM < 97\%$: redução de 30% no valor correspondente ao pagamento mensal.</p> |
| Sanções | Ultrapassado o limite da Faixa de Ajuste de $PDM < 96\%$, será aplicada multa específica prevista no item 5 da tabela constante no parágrafo décimo terceiro da Cláusula Décima Segunda. |
| Observações | <p>O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização caso a solução de backup tenha manutenção/atualização programada.</p> <p>O indicador poderá ser flexibilizado pela fiscalização caso fique comprovado pela CONTRATADA que o não cumprimento da meta esteja relacionado a algum ativo de infraestrutura de TI não pertencente à solução de backup entregue.</p> |



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

| Item | Unidade | Quantidade | Especificação | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|---------|------------|---|----------------------|-------------------|
| 1 | Mês | 60 | Serviço de infraestrutura de backup (IaaS) com as descrições dos softwares e hardwares da solução conforme a seguinte classificação: solução de software de <i>backup</i> ; solução de armazenamento de <i>backup</i> ; e solução de conectividade de infraestrutura de <i>backup</i> . | | |
| 2 | Turma | 1 | Serviços de treinamento nas soluções do serviço do item 1 para até 4 (quatro) pessoas | | |
| 3 | Hora | 200 | Serviço de operação assistida | | |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos deverão obedecer ao cronograma a seguir:

| Item | Desembolso | Frequência do desembolso | Evento |
|------|--|--------------------------|--|
| 1 | Fração do valor do serviço de infraestrutura de backup (IaaS) correspondente a 1 (um) mês, considerando o prazo restante da vigência contratual no momento da emissão do Termo de Recebimento da Solução | mensal | A partir da emissão do Termo Circunstanciado de Aceite Mensal (parágrafo vigésimo segundo da Cláusula Quarta) |
| 2 | 100% Do valor dos serviços de treinamento | única | Após a Fase 3, mediante emissão de Certificados e Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços de Treinamento (parágrafo trigésimo quarto da Cláusula Quarta). |
| 3 | 100% Do valor referente às horas consumidas dos serviços de operação assistida, mediante a existência de ordem de serviço | hora | Durante a Fase 4 – Administração e Operação do Serviço de Infraestrutura de Backup, mediante Termo De Recebimento Definitivo do serviço, após a execução das respectivas Ordens de Serviço (parágrafo trigésimo oitavo da Cláusula Quarta) |

Tabela 10 – Cronograma de desembolso financeiro



SENADO FEDERAL

I - Com relação ao item 1, no mês em que for assinado o Termo de Recebimento da Solução, conforme Cronograma Físico de Execução (*caput* da Cláusula Quarta), será desembolsado o valor proporcional ao número de dias que restarem no mês no momento da assinatura do Termo, por meio da emissão do Termo Circunstanciado de Aceite Mensal, como previsto no parágrafo vigésimo segundo da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento do **item 1** efetuar-se-á, **mensalmente**, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado aos Termos Circunstanciado de Aceite Mensal (item 1), citado na tabela do parágrafo segundo desta Cláusula, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento do **item 2** efetuar-se-á uma única vez por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços de Treinamento, citado na tabela do parágrafo segundo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento do **item 3** efetuar-se-á nos meses em que houver a efetiva prestação do serviço, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo de recebimento definitivo do serviço, citado na tabela do parágrafo segundo desta Cláusula, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUINTO - A não apresentação da garantia contratual na forma prevista na Cláusula Décima não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no parágrafo décimo daquela Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores que serão pagos estão sujeitos a ajustes, conforme previsto na Cláusula Quinta - do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO OITAVO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em



SENADO FEDERAL

fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação – ICTI ou, na impossibilidade de se utilizar esse, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso I deste parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como **Programa de Trabalho** _____ e **Natureza de Despesa** _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de ____ de 20__.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II - O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo do 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por meio do endereço eletrônico seprti@senado.leg.br, pela ferramenta Microsoft Teams ou pelos telefones (61) 3303-6036 e (61) 3303-3666.

I - Para assuntos relativos à gestão contratual, a comunicação se dará por meio do endereço eletrônico ngcti@senado.leg.br ou pelo telefone (61) 3303-2683.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e



SENADO FEDERAL

indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

- I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O atraso injustificado na execução das obrigações contratuais especificadas abaixo, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

| ITEM | DESCRIÇÃO | SANÇÃO PREVISTA |
|------|--|---|
| 1 | Não entrega da solução prevista na Fase 2 do Cronograma Físico de Execução, conforme Cláusula Quarta, no prazo previsto sujeitará a CONTRATADA a multa de 0,06% ao dia útil sobre o valor do serviço de IaaS, até o limite de 20 (vinte) dias úteis. | Multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia útil sobre o valor do serviço de IaaS, até o limite de 20 (vinte) dias úteis |
| 2 | Findo o prazo previsto no item 1 desta tabela e mantido o inadimplemento previsto naquele item. | Multa de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao dia útil sobre o valor do Serviço de IaaS até o limite de 40 (quarenta) dias úteis |
| 3 | Não comprovação dos dados e informações exigidos por meio dos relatórios solicitados na Cláusula Quarta (do Regime de Execução). | Multa de 0,03% (três centésimos por cento) do valor total do serviço de IaaS, por dia útil, até o limite de 15 (quinze) dias úteis. |
| 4 | Não finalização da instalação e configuração das expansões no prazo estipulado na Cláusula Quarta. | Multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia útil, sobre o valor do |



SENADO FEDERAL

| ITEM | DESCRIÇÃO | SANÇÃO PREVISTA |
|------|--|---|
| | | serviço de IaaS, até o limite de 20 (vinte) dias úteis. |
| 5 | O desrespeito aos prazos previstos neste contrato, no edital e seus anexos para a entrega de documentos, após duas notificações em interstício mínimo de 2 (dois) dias úteis e persistindo a inadimplemento desta obrigação. | Multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada. |
| 6 | A não execução da ordem de serviço de operação assistida no prazo estipulado na Cláusula Quarta ou a execução em prazo maior do que o previsto na ordem de serviço. | Multa de 30% (trinta por cento) do valor da ordem de serviço. |
| 7 | A não substituição de componente da solução que tenha sido descontinuado pelo fabricante durante a vigência contratual no prazo estipulado pelo item 1.4.2 do Anexo 3 do edital. | Multa de 1% (um por cento) por dia do valor mensal do serviço de IaaS. |
| 8 | Não substituição do profissional especialista no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da decisão formal da fiscalização, conforme previsto na Fase 4 do cronograma físico de execução constante da Cláusula Quarta. | Multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do serviço de IaaS, por dia útil de descumprimento, até o limite de 20 (vinte) dias úteis |
| 9 | Não comunicação formal da CONTRATADA à fiscalização sobre a substituição do profissional especialista com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a substituição ou da execução da próxima ordem de serviço, conforme previsto na FASE 4 do Cronograma Físico de Execução conforme tabela ao <i>caput</i> da Cláusula Quarta. | Multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do serviço de IaaS por dia útil de descumprimento, limitada a 20 (vinte) dias úteis. |

PARÁGRAFO SEXTO – O atraso injustificado na execução do contrato, além das detalhadas no parágrafo anterior, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:



SENADO FEDERAL

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a Administração.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Sétimo da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sétimo e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Sexto e Décimo Primeiro, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o SENADO aplicará sanções punitivas, por infração, conforme as descrições e as incidências estabelecidas a seguir:



SENADO FEDERAL

| ITEM | DESCRIÇÃO | SANÇÃO PREVISTA |
|------|---|--|
| 1 | Não comparecimento da CONTRATADA à reunião de alinhamento prevista na Fase 1 do Cronograma Físico de Execução, conforme tabela ao <i>caput</i> da Cláusula Quarta. | Advertência escrita |
| 2 | Não comparecimento da CONTRATADA à 2ª convocação para reunião de alinhamento prevista na Fase 1 do Cronograma Físico de Execução, conforme tabela ao <i>caput</i> da Cláusula Quarta. | 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato |
| 3 | Não observância das capacidades de armazenamento do <i>back end</i> total exigidas na Cláusula Quarta. | Multa de 0,5% (meio por cento) do valor contratual. |
| 4 | Não observância das capacidades do <i>front end</i> total exigidas na Cláusula Quarta. | Multa de 0,5% (meio por cento) do valor contratual. |
| 5 | O alcance do teto de 30% (trinta por cento) do valor de ajuste por meio do não cumprimento de 1 (um) ou mais IMRs previstos na Cláusula Quinta. | Multa de 1% (um por cento) do valor contratual. <u>Caso o descumprimento se refira ao IMR nº 3, a multa prevista será aplicada em dobro.</u> |
| 6 | Não realização dos serviços de treinamento previsto na Fase 3 – Execução dos serviços de treinamento na solução. | Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor contratual e remarcação da data em comum acordo com o Senado Federal, até o limite de 1 (uma) remarcação. |

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Além das sanções previstas nas tabelas dos parágrafos quinto e décimo terceiro a CONTRATADA estará sujeita à rescisão contratual, nos seguintes casos:

- I** - Ao final do prazo do item 2 da tabela do parágrafo quinto, sem a entrega, instalação e configuração inicial previstas na Fase 2 do citado Cronograma Físico de Execução;
- II** - A não substituição de componentes da solução que tenham sido descontinuados pelo fabricante no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- III** - Não comparecimento da CONTRATADA à 3ª convocação para reunião de alinhamento prevista na Fase 1 do Cronograma Físico de Execução, conforme tabela ao *caput* da Cláusula Quarta;
- IV** - A não realização dos serviços de treinamento na solução na segunda ocasião, ou seja, após 1 (uma) remarcação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Ressalvadas as penalidades do inciso I do Parágrafo Quarto, o somatório das demais multas previstas nesta Cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Sétimo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:



SENADO FEDERAL

I - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Primeira deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEXTO - Em caso de eventual prorrogação, a CONTRATADA deverá manter a entrega das taxas de crescimento do *front end* e *back end* previstos no item 1.2.2 do Anexo 2 do edital para toda a nova vigência contratual



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90044/2026

(Processo nº 00200.003551/2025-35)

ANEXO 11

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

| PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____/____ | | | | | | |
|---|--------|---------|---------------|-------|----------------|-------------|
| Data de abertura: | | | | | | |
| Nome da empresa: | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | |
| Endereço: | | | | | | |
| CEP: | | | | | | |
| Telefone: (DDD) | | | | | | |
| Fax: (DDD) | | | | | | |
| E-mail: | | | | | | |
| Dados Bancários: | | | | | | |
| Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato) | | | | | | |
| CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato) | | | | | | |
| RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato) | | | | | | |
| Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes) | | | | | | |
| Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não | | | | | | |
| ITEM | QUANT. | UNIDADE | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| | | | | | R\$ | R\$ |
| | | | | | R\$ | R\$ |
| | | | | | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ |

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.